

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 22

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

AGU pede habeas corpus para Pazuello 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF impõe derrota para governo em causa bilionária sobre ICMS 4

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ação conjunta entre Receita Federal e TCE identifica indícios de sonegação de R\$ 542 milhões em Sergipe 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Prova de vida do INSS volta a cortar benefícios em junho 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Perda de R\$ 3,8 bilhões com mortes 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Lei tira grávidas do trabalho presencial 10

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Emendas de relator chegam a R\$ 18,5 bilhões neste ano 12

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Chile elege Constituinte que deverá ampliar o papel do Estado no país 13

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Relatório da CPI deve apontar omissão - POLÍTICA MAIS 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SERVIDOR PÚBLICO

Para deputado que defende reforma administrativa, Brasília é um "antro de servidores públicos" - EIXO CAPITAL 17

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - COVID-19
SERVIDOR PÚBLICO

Dia de protestos por vacina 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
SERVIDOR PÚBLICO

Lula herda maioria dos votos de nomes da "3ª via" em 2º turno contra Bolsonaro 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Relator retira da reforma de servidor impedimento ao acúmulo de cargos 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Deputados articulam incluir magistrados em reforma administrativa 24

Sexta-Feira, 14 de Maio de 2021

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - POLITICA
SERVIDOR PÚBLICO

Reforma limita concursos e acaba com estabilidade de servidor - TRIBUNA.....25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bonde do Lira puxa van bolsonarista (2).....28

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Uma reforma para o crescimento (3).....29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Decisão do STF pode acelerar reforma tributária.....30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo finaliza novas regras para o IR.....32

JORNAL DA CIDADE - ARACAJU - SE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Caminho é a reforma tributária', afirma Laércio ao Correio Braziliense.....33

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira diz que detalhará plano de trabalho da reforma tributária na semana que vem.....34

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras fecha 1º trimestre com lucro de R\$ 1,17 bilhão.....35

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Bolsonaro promete reajustar Bolsa Família.....36

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Valor do novo auxílio emergencial é criticado por 9 em cada 10.....37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Prévia do PIB" do BC tem queda de 1,59%.....40

AGU pede habeas corpus para Pazuello

Luísa Martins e Isadora Peron

Com o respaldo do presidente Jair Bolsonaro, a Advocacia-Geral da União (AGU) protocolou ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) um habeas corpus (HC) pedindo para que o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello possa permanecer calado durante seu depoimento na CPI da Covid. A decisão está a cargo do ministro Ricardo Lewandowski.

O ministro-chefe da AGU, André Mendonça, requereu à Corte que Pazuello possa exercer seu direito ao silêncio durante a sua participação na comissão, prevista para quarta-feira.

Pazuello foi convocado para esclarecer os atos omissos do governo no combate à pandemia da covid-19 e a responder, por exemplo, sobre as ofertas de vacinas ignoradas pelo Ministério da Saúde durante a sua gestão.

O argumento da AGU é o de que deve ser garantido ao general, nas perguntas em que ele assim entender ser a melhor forma de agir, o direito de não produzir provas contra si mesmo.

O Valor apurou que um dos temores da defesa de Pazuello é o de que as respostas concedidas por ele à CPI possam ser usadas como elementos de prova no inquérito que apura a sua responsabilidade na crise sanitária-investigação que tramita na primeira instância, em Brasília.

Na petição ao Supremo, a AGU afirma que o general deve responder somente às perguntas "que se refiram a fatos objetivos". Também pede para que Pazuello não sofra "constrangimento físico ou moral", como insinuações de falso testemunho ou ameaças de prisão.

Mendonça fez referência ao depoimento prestado pelo atual ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que teria sido "repetidamente instado a emitir opiniões ou juízos de valor" em detrimento de relatos fáticos - e disse que essa conduta não pode se repetir com Pazuello.

"Embora os parlamentares tenham o direito de questionar o que melhor lhes aprouver, não se pode exigir declarações daqueles notificados a comparecer como testemunhas que possam configurar uma cilada argumentativa que representaria a produção de provas contra si mesmo".

O Supremo tem uma série de precedentes no sentido de permitir que depoentes fiquem em silêncio perante os parlamentares. Pelo menos desde 2005, esse direito é concedido pela Corte a investigados em diversas CPIs, como a dos Bingos, a da Petrobras e a do **Carf**.

O histórico do STF também inclui decisões que garantiram a possibilidade de silêncio a pessoas convocadas na condição de testemunhas (caso de Pazuello), mas que estavam sob suspeita dos fatos apurados pela comissão. Ocorreu, por exemplo, em 2015, quando o pecuarista José Carlos Bumlai pôde ficar calado na CPI do BNDES; e em 2019, quando engenheiros terceirizados pela Vale foram dispensados de responder às perguntas na CPI de Brumadinho.

Lewandowski já havia sido sorteado relator de outro HC com o mesmo teor, ajuizado por um advogado sem relação com a defesa de Pazuello. Como o pedido da AGU é semelhante, o ministro também ficou responsável por esse caso. A expectativa é a de que ele decida nos próximos dias.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186862?page=1§ion=1

STF impõe derrota para governo em causa bilionária sobre ICMS



Matheus Teixeira Brasília

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quinta (13) que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins tem validade desde março de 2017, quando o tribunal firmou esse entendimento. O placar ficou em 8 a 3.

O resultado do julgamento é considerado uma derrota para o governo federal, que pedia à corte que estabelecesse que a regra só poderia ser aplicada daqui em diante.

O cenário não é o pior de todos para a União, que temia uma retroatividade ilimitada para exclusão do imposto na base de cálculos das duas contribuições.

Ainda assim, como a decisão já está valendo há quatro anos e dois meses, o impacto nas contas públicas deverá ser grande.

A Fazenda Nacional estimava um prejuízo superior a R\$ 229 bilhões no pior cenário. O órgão ainda calcula o impacto para as contas públicas diante da decisão desta quinta.

O prejuízo também deve diminuir um pouco porque a corte restringiu a determinação de não retroatividade da regra para quem entrou com ação judicial ou procedimento administrativo sobre o tema até 2017.

Prevaleceu o voto da relatora, ministra Cármen Lúcia, que afirmou que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins deve ser contabilizada a partir do dia em que o STF fixou esse entendimento.

Em relação ao marco temporal que inicia a vigência da nova regra, Cármen foi acompanhada por Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Luiz Fux, Kassio Nunes

Marques, Luís Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes.

Edson Fachin, Rosa Weber e Marco Aurélio votaram para não aplicar a chamada modulação de efeitos da decisão e defenderam que a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições deveria valer para todos os casos.

Também houve divergência em relação ao modelo de exclusão do imposto.

Kassio, Barroso e Gilmar foram vencidos ao votar para que a exclusão só ocorresse em cima do ICMS efetivamente pago, o que reduziria o prejuízo para o governo.

Os demais formaram maioria e mantiveram a posição de que o cálculo deve ser feito em cima de todo o ICMS destacado, que tem um valor maior.

Como a lei estabelece que o contribuinte só pode requerer a devolução de imposto pago nos últimos cinco anos, a decisão reduz um pouco o prejuízo à União, uma vez que a regra deve ser aplicada desde o último julgamento do tema, quatro anos e dois meses atrás.

Antes mesmo do julgamento, havia incerteza sobre o real impacto financeiro no pior cenário para o governo.

Segundo a Receita, o potencial impacto econômico está na ordem de R\$ 258,3 bilhões. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020, o governo estimou que o prejuízo ficaria na casa dos R\$ 229 bilhões.

Em reunião com Fux sobre o tema, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que esse valor poderia passar de R\$ 245 bilhões.

O encontro ocorreu a pedido de Guedes e fez parte de uma ofensiva do governo para evitar uma derrota no Supremo.

A primeira derrota para a União sobre o tema foi em 2017, quando, por 6 votos a 4, o STF afirmou que o ICMS não faz parte do faturamento ou da receita da empresa e, por isso, deve ser excluído da base de cálculo das contribuições sociais.

Assim, os valores que as empresas pagam ao governo em PIS e Cofins devem ser reduzidos, uma vez que o imposto sobre circulação não incide também sobre eles.

Rosa afirmou que a decisão deveria valer para todos os casos porque, caso o impacto financeiro devesse ser levado em consideração pela corte, isso afetaria a maioria dos julgamentos tributários.

Fachin seguiu a mesma linha: "Para atingir equilíbrio orçamentário à custa do contribuinte, a modulação propiciaria que as consequências jurídicas fossem preteridas em relação às financeiras", disse.

A maioria da corte, porém, afirmou que, em respeito à segurança jurídica, o mais correto é definir que a regra passou a valer no momento em que o Supremo a fixou, em 2017.

Em relação ao mérito, foi mantido o entendimento de 2017 no sentido de que o ICMS, um imposto estadual, não integra a base de cálculo das duas contribuições, que são de natureza federal, destinadas ao financiamento da **seguridade social** e incidem sobre a receita bruta das empresas.

Prevaleceu o argumento da iniciativa privada de que o ICMS, por não se caracterizar como receita ou faturamento, a base de incidência do PIS e da Cofins, deve ser excluído do cálculo das contribuições.

Em nota divulgada após resultado desta quinta, o Ministério da Economia não informou o custo fiscal da decisão. Embora o Supremo tenha rejeitado parcialmente o pedido do governo e o veredito tenha potencial para impactar as contas públicas, a pasta tratou a decisão como uma vitória.

"O encerramento desse julgamento resolve, definitivamente, a principal controvérsia tributária do país, sendo inequívoco que o parcial acolhimento dos embargos opostos pela Fazenda Nacional reduzirá o gigantesco impacto que o acórdão, sem essa ressalva, teria sobre as finanças públicas", disse a pasta.

Decisão ainda pode beneficiar quem não entrou com ação

O entendimento do STF sobre o alcance da decisão que retirou o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins ainda pode beneficiar empresas que não buscaram o ressarcimento dos **tributos** federais.

Contribuintes que calcularam seus créditos com base no ICMS efetivamente pago e não sobre o destacado na nota fiscal também podem pleitear a diferença.

No entendimento do STE as empresas têm direito à devolução do imposto cobrado a mais considerando o período de cinco anos anteriores à data da ação judicial (somado ao prazo da ação), caso tenham acionado a Justiça até 15 de março de 2017.

Para quem procurou o Judiciário após essa data ou ainda não buscou o ressarcimento, a exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins só vale a partir de março de 2017.

Para receber os valores, as empresas devem ter a decisão judicial transitada em julgado e habilitar os créditos para compensação na Receita ou fazer a execução judicial para emissão de precatório para devolução do dinheiro.

"Existem esses dois caminhos. As empresas vão avaliar o que lhes convém", diz Glaucia Lauletta Frascino, sócia e especialista em direito tributário do escritório Mattos Filho.

"Essa discussão do destacado ou do pago era relevantíssima do ponto de vista econômico", afirma Pedro Teixeira de Siqueira Neto, sócio do escritório Bichara Advogados.

Segundo ele, as empresas que entraram com o pedido administrativo na **Receita Federal** para habilitação do crédito podem retificar o valor a ser compensado. Aquelas que executaram judicialmente para emissão de precatório podem fazer uma nova execução para considerar a diferença para o valor integral.

Entenda

Em 15 de março de 2017,

O ST F decidiu que o ICMS não pode ser incluído na base de cálculo do PIS/ Cofins. A decisão teve efeito de repercussão geral, ou seja, passou a valer para todas as ações na Justiça

A PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) recorreu ao STF para tentar restringir o impacto da decisão sobre os cofres públicos

Nesta quinta (13), o STF decidiu que empresas que acionaram a Justiça até 15 de março de 2017 têm

direito à devolução do imposto cobrado a mais considerando o período de cinco anos anteriores à data da ação judicial

Para quem procurou o Judiciário após essa data ou ainda não buscou o ressarcimento, a exclusão vale a partir de março de 2017

O valor do imposto a ser recuperado deve levar em conta o ICMS da nota fiscal, e não o efetivamente pago

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

27

Ação conjunta entre Receita Federal e TCE identifica indícios de sonegação de R\$ 542 milhões em Sergipe

Em ação interinstitucional da **Receita Federal** e do Tribunal de Contas do Estado (TCE/SE) através da Operação "Concorrência Leal", foram levantadas divergências que chegam ao montante de R\$ 542 milhões entre os valores gastos pelas administrações públicas na contratação de fornecedores de bens e serviços e o faturamento informado por essas empresas à **Receita Federal**. O montante foi obtido após o batimento dos empenhos pagos com os valores, referentes aos anos de 2017 a 2019, informados nas declarações apresentadas pelas empresas.

Estiveram presentes virtualmente na reunião o presidente do TCE, conselheiro Luiz Augusto Ribeiro; o delegado da **Receita Federal** em Sergipe, auditor-fiscal Marlton Caldas; o delegado-adjunto, auditor-fiscal Edson Fiel; o chefe da Equipe de Fiscalização, auditor-fiscal André Ricardo Santana Passos; o assessor de Gabinete, auditor-fiscal Nilson Lima; o diretor de Modernização e Tecnologia (DMT), Jailton Moura; e o coordenador da Unidade de Informações Estratégicas do TCE, Ismar Viana.

Conforme ficou demonstrado na reunião, os indícios encontrados abrangem, entre outros, os seguintes segmentos econômicos: construtoras, comércio varejista de combustíveis, transporte rodoviário coletivo de passageiros, comércio atacadista, locação de veículos, aluguel de máquinas e equipamentos, agência de publicidade, serviços advocatícios, produção/gravação musical, distribuição de água e agência de viagens.

"Atuações interinstitucionais entre órgãos que atuam na arrecadação e controle de recursos públicos têm gerado resultados positivos para a sociedade, viabilizando meios para a melhoria dos serviços públicos ofertáveis aos cidadãos. A integridade e a confiabilidade dos dados e informações são elementos essenciais ao desempenho da atividade de controle. Importante registrar que todo o trabalho foi lastreado no convênio firmado entre o TCE e a **Receita Federal do Brasil** com vistas ao intercâmbio de informações de interesse recíproco, assinado em 2013 e que teve o primeiro termo aditivo assinado no final de 2018", esclareceu Ismar Viana, coordenador da Unidade de

Informações Estratégicas do Tribunal.

"A disponibilização de dados aos órgãos de auditoria e instrução processual do Tribunal tem sido um eficiente instrumento posto à disposição dos profissionais da área de auditoria governamental e de engenharia deste Tribunal. O compartilhamento desses dados com órgãos externos, a exemplo do que vem ocorrendo com a CGU, TCU e **Receita Federal**, tem contribuído com a efetividade no desempenho das competências desses órgãos, afirmou Jailton Moura, Diretor da DMT do TCE.

"A concorrência leal entre os fornecedores é fundamental para que a maioria das empresas continue funcionando e gerando empregos, pois caso contrário elas perderão espaços para outras que não cumprem regularmente as suas obrigações tributárias", destacou o chefe da Equipe de Fiscalização, auditor-fiscal André Passos.

Prova de vida do INSS volta a cortar benefícios em junho

Clayton Castelani SÃO PAULO | AGORA

O **INSS** informou nesta quinta-feira (13) que retomará os bloqueios de aposentadorias e pensões por falta de prova de vida a partir de junho para beneficiários que não realizaram o procedimento devido à suspensão dessa exigência a partir de março de 2020, mês do início das medidas de restrição de circulação de pessoas para contenção da Covid-19.

O reinício dos bloqueios de pagamentos por falta de fé de vida para esse público estava previsto para maio, mas a medida foi adiada em um mês, segundo a Portaria 1.299 do Ministério da Economia publicada nesta quinta no Diário Oficial da União.

Para evitar aglomerações nas agências bancárias, será mantido o escalonamento do prazo para que os segurados recadastram as senhas dos cartões utilizados para sacar benefícios.

O primeiro prazo a vencer, em junho, valerá para aqueles que deixaram de realizara renovação de senha nos meses de março e abril de 2020.

Para beneficiários que foram selecionados para a comprovação digital por reconhecimento facial (biometria) e não o fizeram por meio de quaisquer canais disponíveis, o bloqueio dos pagamentos ocorrerá neste mês, segundo a portaria.

O **INSS** informou à reportagem que o bloqueio para convocados para a prova de vida digital ocorrerá em maio apenas para 160 mil pessoas que já deveriam ter realizado o procedimento em fevereiro de 2020, portanto, antes do início da pandemia.

Integrantes desse grupo que perderem o prazo ainda poderão realizar o desbloqueio dos pagamentos por reconhecimento facial pelo aplicativo Meu gov.br.

Outros 340 mil cidadãos incluídos no projeto de teste de cadastramento digital já concluíram a comprovação e não perdem o benefício. Os demais segurados devem considerar o calendário de retomada dos bloqueios a partir de junho.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

27

Perda de R\$ 3,8 bilhões com mortes

Gabriela Bernardes*

Cerca de R\$ 3,8 bilhões foram retirados da economia, desde o início da pandemia de covid-19, devido à morte de idosos. O valor corresponde a 1,3% da renda total dos brasileiros em 2019. Estima-se que 301 mil idosos vieram a óbito pelo vírus. Os números foram publicados pelo jornal Valor Econômico, que levantou os dados a partir de estudos feitos inicialmente pela economista Ana Amélia Camarano, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). De acordo com a especialista, segundo a reportagem, o número de idosos que sustentam as famílias aumentou com o envelhecimento da população e com o crescimento do número de pessoas que não estudam ou trabalham, nas novas gerações. A morte dos idosos, muitas vezes, aproxima seus dependentes da faixa da pobreza. A economista calcula que, quando um idoso que sustenta a família morre, a renda familiar diminui 48,4%. "Em muitos casos, a família entra na pobreza, sobretudo agora em que são poucas as chances de recomposição da renda em meio à crise e desemprego alto. O impacto é menor quando algum dos outros familiares adultos perde o emprego ou morre. Nesse caso, a queda na renda de quem sobrevive é de 43,7%", disse a pesquisadora ao jornal. Em março, um estudo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) mostrou que houve queda de renda em quase metade dos domicílios dos idosos, principalmente entre os mais pobres. Entre abril e maio de 2020, foi registrada redução em 47,1% dos domicílios, sendo que 23,6% relataram forte redução e até mesmo ausência de renda.

De acordo com a pesquisa, entre aqueles que trabalhavam sem carteira assinada, a queda na renda ocorreu em 79,8% dos lares e a ausência de renda, em 55,3%. A diminuição também afetou de forma mais intensa os que tinham renda per capita domiciliar menor que um salário mínimo.

Segundo a economista, no Brasil ainda se entende a **Previdência Social** como gasto excessivo e não como elemento estrutural e fundamental do Estado. Ela acredita que a **Seguridade Social** prevista na Constituição de 1988 não trouxe benefícios apenas aos idosos. "Com a renda obtida pela **Seguridade Social**, eles (idosos) assumem uma salvaguarda de subsistência familiar e invertem o papel social de dependentes para provedores", disse. Consultado pelo Correio, o Ipea informou, em nota, que "os dados divulgados pela matéria não foram apresentados para a publicação do Ipea e, portanto, ainda não passaram

por revisão por pares (peer review), de modo que o instituto não tem como comentar ou confirmar as informações". (Com Pedro Ícaro*) *Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

Lei tira grávidas do trabalho presencial

Lorena Rodrigues / BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro sancionou lei que dispõe sobre o afastamento de empregadas grávidas de atividades presenciais durante a pandemia do coronavírus.

A sanção da Lei 14.151 foi publicada no Diário Oficial da União de ontem.

O texto prevê que empregadas gestantes devem permanecer afastadas das atividades presenciais, "sem prejuízo de sua remuneração", para evitar que elas fiquem expostas à contaminação pelo coronavírus. A nova lei determina ainda que a empregada afastada ficará à disposição para "exercer as atividades em seu domicílio, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou outra forma de trabalho a distância".

A empregada gestante deverá permanecer afastada de atividades de trabalho presencial, sem redução no salário, durante o período de emergência de saúde pública decretado pelo Ministério da Saúde em função da covid-19, sem data para terminar.

O texto não prevê punição ou multa para empresas que descumprirem a norma. Nesse caso, porém, elas podem ser acionadas na Justiça com ações trabalhistas.

"A empregada gestante, além de necessitar de cuidados especiais para a preservação de sua saúde, tem que adotar todas as medidas possíveis para a proteção da vida que carrega. Não pode, em um momento como o ora vivenciado no País, ficar exposta a este terrível vírus, que pode ceifar a sua vida, a de seu filho, bem como arrasar o seu núcleo familiar", afirmou a senadora Nilda Gondim (MDBPB), relatora do projeto de lei, que foi aprovado no Senado no dia 15 de abril.

Na época, a proposta levantou críticas. O líder do PSDB, Izalci Lucas (DF), citou o risco de micro e pequenas empresas ficarem sem dinheiro para manter as gestantes em trabalho remoto em funções que exigem trabalho presencial, como cozinheiras.

Ele chegou a sugerir que as funcionárias tivessem uma licença remunerada pelo **INSS** se o empregador não conseguisse remanejá-las para outro setor de menor risco. A sugestão foi rejeitada.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Emendas de relator chegam a R\$ 18,5 bilhões neste ano

Edna Simão

Alvo de denúncias de irregularidades, as chamadas emendas de relator (RP 9) movimentam R\$ 18,529 bilhões no Orçamento deste ano. O valor só não é maior porque foi feito um corte de R\$ 10,487 bilhões para assegurar que o Orçamento fosse "exequível". Em 2020, foram empenhados R\$ 19,735 bilhões para emendas de relator e R\$ 7,503 bilhões foram liquidados.

Se não houver mudanças, os ministérios que mais receberão recursos neste ano por esse instrumento serão: Saúde (R\$ 7,825 bilhões), Desenvolvimento Regional (R\$ 6,043 bilhões), Agricultura (R\$ 1,678 bilhão), Cidadania (R\$ 1,102 bilhão) e Educação (R\$ 1,025 bilhão). Em menor patamar também serão contemplados: Defesa (R\$ 500 milhões), Economia (R\$ 350 milhões) e Ciência, Tecnologia e Inovação (R\$ 5 milhões).

No domingo, "O Estado de S. Paulo" mostrou que o MDR montou um esquema de apoio parlamentar ao presidente por meio de emendas do relator. A estrutura teria movimentado R\$ 3 bilhões de dinheiro público. O ministério nega que tenha criado um "orçamento secreto" e ressalta que é prerrogativa do Parlamento de indicar recursos da chamada emenda do relator-geral.

Em 2020, esse tipo de repasse foi feito para 14 ministérios, Presidência de República. Também foram destinadas emendas para operações oficiais de crédito e reserva de contingência. Neste ano, as emendas de relator estão, por enquanto, concentradas em oito ministérios. Diante da forte restrição fiscal, as emendas têm sido usadas para aumentar os recursos disponíveis em uma pasta. Por exemplo, no MDR, a destinação de emenda do relator passou de R\$ 2,245 bilhões em 2020 para R\$ 6,043 bilhões, mesmo com corte de R\$ 5,5 bilhões.

Neste ano, o Ministério da Economia deve receber um reforço em seu orçamento de R\$ 350 milhões por meio de emendas do relator e o recurso será destinado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). "Em emendas RP 9 não há participação ou interferência de outros parlamentares, cabe apenas ao relator-geral decidir a partir dos pedidos que lhe são apresentados", informou o ministério por meio de nota. "As emendas

RP 9 provavelmente foram incluídas na LOA-2021 pelo relator-geral a pedido do **INSS**, não havendo um sistema, como o existente para emendas RP 6, nas quais são individualizados os parlamentares autores e identificados os beneficiários", complementou o ministério.

No Ministério da Agricultura, do total R\$ 1,678 bilhão que está previsto em emenda do relator neste ano, R\$ 400 milhões serão direcionados para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para organização de estrutura fundiária, consolidação de assentamentos e reforma agrária e regularização fundiária. Outros R\$ 1,278 bilhão irão para a administração direta para o fomento da estrutura fundiária. "Cabe apenas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) definir a destinação desses recursos, de acordo com as políticas públicas da pasta", explicou a agricultura ao ser questionado sobre se a destinação de recursos foi feita pelos parlamentares.

Já o Ministério da Cidadania vai utilizar os R\$ 1,102 bilhão de emendas do relator para a estruturação da Rede Suas, aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar, apoio a projetos e eventos esportivos e implantação e modernização de infraestrutura esportiva.

O Ministério da Defesa, que deve receber R\$ 500 milhões, esclareceu que o setor responsável pelo Programa Calha Norte (PCN) aguarda a definição dos beneficiários desta demanda orçamentária pelo relator geral, que apontará os ente federados beneficiados, valores e demais informações. "O PCN executa suas ações mediante a transferência de recursos orçamentários, por intermédio de convênios firmados entre o Ministério da Defesa e os Estados ou os municípios abrangidos em sua área de atuação, empregando recursos oriundos de emendas parlamentares, para atendimento de projetos de infraestrutura básica e aquisição de equipamentos", informou o ministério.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186862?page=1§ion=1

Chile elege Constituinte que deverá ampliar o papel do Estado no país

Marsílea Gombata

Os chilenos vão às urnas amanhã e domingo escolher os 155 membros da Assembleia Constituinte, que deverão redigir a nova Constituição do país. As eleições são as primeiras desde a onda de protestos de 2019. O resultado deve mostrar quais forças políticas ganharam fôlego desde então e quais perderam. Uma das principais mudanças na Constituição deverá ser a ampliação do papel do Estado na maior provisão de serviços como saúde e educação.

A grande questão é quem terá maioria na chamada Convenção Constitucional, que vai elaborar a Carta para substituir a Constituição de 1980, herdada do regime militar de Augusto Pinochet. A baixa aprovação do presidente direitista Sebastián Piñera (entre 9% e 15%) pode favorecer forças de esquerda, dizem analistas. Pesquisas indicam que coligações de direita e centro-direita elevem obter pouco mais de um terço dos assentos. O restante ficaria com a esquerda, centro-esquerda e independentes.

"Se o comportamento eleitoral das últimas votações locais e legislativas se repetir, constituintes de direita e centro-direita devem conquistar entre 35% e 40% dos votos. Vamos ver se isso se comprova ou se haverá um castigo maior do eleitorado ao governo e suas posições mais à direita", diz Kenneth Sazo, analista eleitoral da Universidade Central do Chile.

De acordo com o projeto Tres-quintos, do qual Sazo faz parte, o cenário base é a direita ter pouco mais de um terço dos assentos, com base no resultado das votações dos últimos anos.

Sazo argumenta que, com grupos de direita ocupando mais de um terço dos assentos, a esquerda ficaria sem maioria qualificada - neste caso, os dois terços que são necessários para aprovar os pontos da nova Constituição. Isso deve dificultar aprovação de mudanças drásticas no modelo econômico e político do Chile.

Uma das principais mudanças na Constituição deve ser quanto ao papel subsidiário do Estado, que hoje atua mais como regulador e intervém na provisão de serviços como saúde e educação só quando o setor privado não o faz.

"A nova Carta deve fortalecer as responsabilidades sociais do Estado chileno, em relação à Constituição atual. Hoje o Estado entra quando o mercado não consegue suprir as necessidades. Mas, na nova Constituição, a subsidiariedade muito provavelmente deve cair e aumentará a responsabilidade do Estado em **seguridade social**, moradia, saúde e educação", diz Leandro Lima, da consultoria Control Risks. "Seria um novo paradigma no marco constitucional do país."

A Constituinte é resultado dos intensos protestos que eclodiram em 2019 por mais benefícios sociais, pauta que ganhou ainda mais força com a pandemia de covid-19. A crise sanitária e econômica aumentou a pressão sobre governo e Congresso para implementarem uma agência social mais robusta, o que deve se refletir no trabalho dos constituintes.

Pesquisas indicam que mais da metade dos chilenos esperam, por exemplo, o fim do sistema de capitalização de Previdência e um novo modelo de aposentadorias. Somado ao esperado aumento de gastos, isso pode impactar a estabilidade das contas públicas do Chile.

"Algumas pautas de enorme apelo popular estão em jogo e poderiam afetar o crescimento sustentável do Chile. O sistema de capitalização é um deles, assim como subsídios e controle de preços de transporte público, combustíveis e eletricidade", diz Felipe Camargo, da consultoria Oxford Economics.

Ele prevê que essas mudanças elevariam o déficit fiscal estrutural do país de 1% do **PIB** para 1,5%.

Na esfera política, os constituintes debaterão se o Chile deve manter o sistema presidencialista ou adotar o parlamentarismo ou um semipresidencialismo, como vigora hoje na França e em Portugal. Também deve ser discutida a possibilidade de o Legislativo passar de bicameral para unicameral.

O processo constituinte coincidirá com a eleição presidencial, em novembro, o que deve influenciar diretamente a elaboração da nova Constituição chilena, afirma Sazo.

"O próximo presidente inaugurará a nova Constituição e dará a primeira interpretação necessária para

colocá-la em prática", diz. "Nem tudo será decidido na Constituinte. A interpretação dependerá também de se o próximo presidente será de direita ou esquerda."

O cenário eleitoral é marcado hoje pela crescente preocupação com o populismo. Pamela Jiles, deputada populista cuja maior bandeira é a defesa do saque das contas de aposentadorias, lidera as pesquisas de intenção de voto com 18%. Em seguida vem Daniel Jadue, do Partido Comunista, com 11 %.

A Constituinte iniciará seus trabalhos em junho e tem de 9 a 12 meses para elaborar a nova Carta. Ao final, será realizado um plebiscito para aprovação ou não da nova Constituição, que deve ocorrer no segundo semestre de 2022.

Além da eleição dos membros da Constituinte, os chilenos votarão também para eleger governadores, prefeitos e vereadores.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186862?page=1§ion=1

Relatório da CPI deve apontar omissão - POLÍTICA MAIS

ROSANE DE OLIVEIRA

Depois de cinco depoimentos na CPI da Covid, já é possível antecipar qual será a conclusão do relatório final, que ainda está longe de ser terminado: houve omissão do governo de Jair Bolsonaro no enfrentamento à pandemia. Em vez de priorizar a vacina, o presidente, gastou tempo e dinheiro com medicamentos sem eficácia, como a cloroquina.

Fragmentos das falas dos ex-ministros Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, do presidente da Anvisa, Antônio Barra Torres, e do ex-secretário de Comunicação Fabio Wajngarten já sustentavam essa conclusão precoce, reforçada ontem no depoimento do gerente-geral da Pfizer para a América Latina, Carlos Murillo. Falta ouvir o personagem principal, o ex-ministro Eduardo Pazuello, que está tentando no Supremo Tribunal Federal licença para ficar calado.

Murillo confirmou o que já se sabia: o governo ignorou as primeiras ofertas para compra de 70 milhões de doses da vacina mais aplicada o mundo. Foram cinco propostas em 2020. Se tivesse fechado o negócio em agosto, o Brasil já teria recebido 4,5 milhões de doses da Pfizer.

Falando português com sotaque espanhol, Murillo detalhou todas as tentativas de contato com o governo brasileiro, as reuniões que deram em nada e, por fim, os contratos firmados, que resultaram nas primeiras remessas do imunizante.

Integrantes da CPI gastaram boa parte do tempo esmiuçando uma reunião com duas executivas da Pfizer da qual participaram o assessor internacional Filipe Martins e o vereador Carlos Bolsonaro, o filho 02 do presidente da República.

O que fazia um vereador do Rio de Janeiro em reunião do então chefe da Secretaria de Comunicação, Fabio Wajngarten, com duas executivas da Pfizer? Murillo, por óbvio não soube responder. Nem sabia da presença de Carluxo. Teve de pedir informação às executivas, que confirmaram: o segundo filho chegou com a reunião em andamento, ouviu de Wajngarten um resumo da conversa e saiu.

Não chega a ser novidade a presença de Carluxo em reuniões que tratam de negócios de Estado. Em seu

depoimento, Mandetta contou aos senadores que estranhava a presença do filho de Bolsonaro em encontros estratégicos, ora sentado numa cadeira, tomando notas, ora ocupando o lugar de um ministro na mesa.

A partir do depoimento de Murillo, alguém tem dúvida de que Carluxo será convocado? Por seu histórico de desequilíbrio nas redes sociais, o filho abelhudo é forte candidato a recorde de audiência na CPI.

ALIÁS

Diante do pedido do ex-ministro Eduardo Pazuello ao STF para não ser obrigado a falar na CPI, fez sucesso na internet um tuíte de 2015 do então deputado Onyx Lorenzoni que diz: "Cerveró ouviu de mim que em CPI quem se vale do direito de ficar calado tem coisa a esconder, só bandido usa isso". Onyx se referia ao executivo Nestor Cerveró na CPI da Petrobras.

Indícios de fraudes em consignados Um dossiê com 77 páginas com indícios de fraudes e irregularidades na concessão de empréstimos consignados a agricultores aposentados, muitos deles do Rio Grande do Sul, foi entregue ao **INSS**. No documento, constam cópias de diversos boletins de ocorrência e relatos de pessoas sobre descontos indevidos nas aposentadorias e pensões e o recebimento de valores não contratados.

Elaborado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o dossiê foi enviado ao presidente do instituto, Leonardo Rolim. O deputado federal Heitor Schuch (PSB-RS) pediu providências a Rolim sobre o caso.

Servidores pedem novas mudanças Associações que representam servidores de Porto Alegre permanecem insatisfeitas com a proposta de reforma da previdência que deve ser votada na próxima semana. Apesar da inclusão das regras de transição no projeto, reivindicada desde o ano passado, os funcionários pleiteiam regras mais favoráveis em outros pontos do texto.

Ao contrário do Sindicato dos Municipários, essas entidades não se posicionaram contra a reforma e aceitaram negociar com o governo. De acordo com Armando Domingues, presidente da Associação dos

Procuradores, o grupo chegou a entregar a minuta de uma proposta com as alterações pleiteadas, mas não recebeu resposta.

Professores na lista oficial

Primeiro município do Rio Grande do Sul a vacinar professores contra a covid-19, usando as doses que sobravam em frascos abertos no final do dia (a "xepa da vacina"), São Leopoldo incluiu os educadores oficialmente na lista de grupos a serem vacinados. A decisão foi anunciada ontem (foto) pelo prefeito Ary Vanazzi (PT).

Nem a decisão do Supremo Tribunal Federal, que ordenou a paralisação da vacinação de professores em Esteio (leia mais na página 9), nem a recomendação da Secretaria Estadual da Saúde e do Conselho das Secretarias Municipais para evitar o uso de doses nos profissionais da educação alteraram os planos do município. A prefeitura de São Leopoldo sustenta que está cumprindo o plano de imunização definido pelo Ministério da Saúde.

Como vacinará hoje grupos que estão na frente dos educadores na lista de prioridade do plano nacional - pessoas maiores de 18 anos com comorbidades específicas ou deficiência, população em situação de rua e população carcerária -, a prefeitura agendou a vacinação de professores e funcionários das escolas para o sábado.

- Temos uma preocupação muito grande com a vida da nossa população e com os profissionais da educação não é diferente, queremos garantir que sejam todos vacinados sem quebrarmos as regras do Ministério da Saúde - afirmou Vanazzi.

Orçamento terá correção de 3,75%

O orçamento de 2022 dos poderes e órgãos autônomos do Rio Grande do Sul será corrigido em 3,75%, centro da meta da **inflação** prevista para este ano. O percentual foi definido ontem, em reunião com os chefes do Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública.

O reajuste acertado significa acréscimo de R\$ 222 milhões no orçamento dos poderes, entretanto, mais da metade desse montante extra (R\$ 142 milhões) ficará contingenciado, restando ganho de 1,35%. O acordo é uma vitória do diálogo.

SERÁ CONCLUÍDA SÁBADO A ELEIÇÃO INTERNA NO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA FORMAR A LISTA TRÍPLICE QUE SERÁ ENCAMINHADA AO GOVERNADOR EDUARDO LEITE NA SEGUNDA-

FEIRA PARA ESCOLHER O NOVO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. ESTÃO NA DISPUTA OS PROMOTORES ALEXANDRE SALTZ, 54 ANOS, MARCELO DORNELLES, 52, MÁRCIO SCHLEE, 47, E SÉRGIO HARRIS, 48.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=2021906#page/1>

Para deputado que defende reforma administrativa, Brasília é um "antro de servidores públicos" - EIXO CAPITAL



ANA MARIA CAMPOS

Durante uma audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, presidida por Bia Kicis (PSL-DF), o deputado federal Gilson Marques (Novo-SC) demonstrou que conhece Brasília apenas superficialmente. Ao debater a admissibilidade da PEC 32/2020, a reforma administrativa, ele chamou Brasília de "antro de **servidores públicos**". E ainda afirmou que o DF não produz nada para o país. "Brasília tem o dobro do **PIB** per capita do que São Paulo. Não produz nenhum prego e São Paulo produz muito. Porque é um antro, um acumulado de inúmeros **servidores públicos**".

Contra o funcionalismo

Um dos autores do requerimento para a realização da audiência - que contou com a presença do ministro da Economia, Paulo Guedes - o deputado Gilson Marques (Novo-SC) defendeu a proposta de reforma do governo sob o fundamento de que o Estado não tem condições de custear o funcionalismo público nos moldes atuais. "O serviço público, assim como qualquer produto, precisa caber no bolso do consumidor. Infelizmente, o Estado tem o poder de impor que o serviço seja consumido pelo consumidor que paga a conta contra a sua vontade, e esses serviços no país são excessivamente caros", disse em

sua participação na audiência.

Covil?

Segundo o Dicionário Aurélio, antro significa "casa ou lugar de perdição e vícios". De acordo com o Michaelis: Lugar perigoso; covil. Exagerou.

Conta errada

Detalhe: a renda domiciliar per capita do DF, registrada pelo IBGE em 2020, foi de R\$ 2475. A de São Paulo foi R\$ 1814, 25% menor. Não metade.

Em busca de unidade

O governador Ibaneis Rocha (MDB) reuniu um grupo de advogados amigos para bolar uma estratégia para as eleições da OAB-DF. Ele quer a união dos grupos adversários ao atual presidente, Delio Lins e Silva Júnior, para ter mais chance de vitória. Entre os advogados mais próximos do governador estão Thais Riedel, que é pré-candidata, Cleber Lopes, Evandro Pertence, o Everardo Gueiros e Jacques Veloso. Por enquanto, não há candidatura única.

Presidente do STJ diz que Ibaneis poderia ajudar Corrente

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Humberto Martins, cassou a liminar que determinava o bloqueio de R\$ 106 mil das contas do governador Ibaneis Rocha (MDB), pela doação de EPIS (equipamentos de proteção individual) para o município de Corrente, no Piauí. A 6ª Vara de Fazenda Pública do DF havia concedido liminar em ação popular que questionava o suposto prejuízo aos cofres públicos do Distrito Federal pela doação de máscaras, luvas e álcool em gel para atender às necessidades dos moradores do município no Piauí em que Ibaneis passou a infância. Na decisão, Martins entrou no mérito. Disse que o governador tem o poder de decidir ajudar um município com necessidades durante a pandemia, desde que não haja prejuízo aos moradores do DF. Será esse o mesmo entendimento para o caso da destinação por Ibaneis de emendas do Ministério da Integração Regional para Corrente?

Mais transparência nas filas de cirurgias eletivas

A Comissão de Seguridade da Câmara dos Deputados aprovou o PLS 393/2015, que acaba com o jeitinho e a politicagem nas filas da rede pública de saúde para cirurgias eletivas. Já aprovado no Senado, o projeto, de autoria do senador José Antônio Reguffe (Podemos-DF), prevê a obrigação de os estados e municípios publicarem a fila com a ordem das pessoas e há quanto tempo esperam por uma cirurgia a ser marcada pelos hospitais. Para preservar a privacidade dos pacientes, não serão divulgados os nomes, apenas a identidade. Trata-se de uma forma de acelerar as filas pela pressão, dar transparência ao processo e reduzir a chance de burlar a ordem graças a pedidos políticos.

De volta?

O ex-presidente da Câmara Legislativa Joe Valle (PDT), hoje apenas um empresário de sucesso na área de orgânicos, tem sido incentivado a voltar para a política em 2022.

Só papos

"Vagabundo!"

Senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) ao senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da CPI da Pandemia

"Vagabundo é o senhor, que roubou dinheiro do pessoal do seu gabinete" Senador Renan Calheiros (MDB-AL) rebatendo o senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ)

Dia de protestos por vacina

Márcia Maria Cruz e ISABELA BERNADES*

Fiscais, garis e assistentes sociais realizaram carreata e ato de protesto em frente à Secretaria Municipal de Saúde na manhã de ontem, em Belo Horizonte, para reivindicar a vacinação das três categorias. Também os profissionais da área de enfermagem fizeram manifestação, desta vez em frente à Prefeitura de BH, cobrando imunização ágil, aprovação do Projeto de Lei 2.564/20 que trata da definição de um piso salarial e da redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, e do projeto municipal de abono em razão da pandemia de COVID-19, além de correção do adicional de insalubridade pago aos trabalhadores na atividade.

Os protestos foram liderados pelo Sindicato dos **Servidores Públicos** Municipais de Belo Horizonte (Sindibel). Os fiscais de controle urbanístico e ambiental, que resolveram suspender todas as atividades relativas à COVID-19, fazem assembleia hoje. "Não é pedido para furar fila. É para ser incluído no plano municipal", enfatizaram os manifestantes. A capital conta com o trabalho de 300 fiscais. Os garis somam cerca de 4 mil trabalhadores, dos quais 500 fichados pela prefeitura e outros 3,5 mil terceirizados.

O presidente do Sindibel, Israel Arismar, argumenta que as três categorias atuam na linha de frente de enfrentamento à pandemia, mas ficaram de fora dos planos nacional e municipal de vacinação. Esses servidores fizeram manifestações, entraram em greve, até que foi realizado um cadastro para uma possível vacinação.

No entanto, segundo Israel Arismar, o cadastro não saiu do papel. "A prefeitura, para apaziguar os ânimos, anunciou para a imprensa que faria o cadastro desses trabalhadores. Isso tem mais de 30 dias. De fato, a prefeitura fez o cadastro, mas a vacinação não ocorreu".

Segundo ele, a Secretaria Municipal de Saúde recebeu o cadastro com os nomes de garis, fiscais e os servidores da assistência que estão trabalhando em campo. "O cadastro em si não significa a inclusão no plano. Muito menos uma perspectiva de quando será a vacinação". De acordo com Israel Arismar, a prefeitura informou que enviou ofício ao Ministério da Saúde, solicitando autorização para incluir as categorias no cadastro municipal.

Ele lembra que mais de 13 cidades já vacinaram

fiscais. "Independentemente de estar presentes no Plano Nacional de Imunizações, os municípios entenderam que teriam autonomia para vacinar ou definir os critérios de vacinação de acordo com sua realidade", destaca Arismar.

O protesto dos trabalhadores da enfermagem marcou a largada das comemorações do Dia Nacional da Enfermagem e diversas pautas serão abordadas sobre os profissionais durante uma semana. "Dentro da semana da enfermagem, estamos fazendo um ato para marcar o início dela e, ao mesmo tempo, levantar algumas questões da categoria", explicou o presidente do Sindibel.

O ato de ontem contou com a participação de um grupo de profissionais que se reuniu às portas da sede da PBH, com faixas e cartazes, mas mantendo o distanciamento social. O Sindibel apresentou pedido na Câmara Municipal de BH solicitando abono de até R\$ 1 mil para a categoria.

* Estagiária sob supervisão da subeditora Marta Vieira

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/14/05/2021/p5>

Lula herda maioria dos votos de nomes da "3ª via" em 2º turno contra Bolsonaro



Sergio Moro

Ciro Gomes

João Dória

Fábio Zanini - são paulo

A maior parte dos apoiadores de candidatos da chamada "terceira via" optaria por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em um hipotético segundo turno contra Jair Bolsonaro (sem partido) em 2022, aponta pesquisa do Datafolha.

De acordo com o instituto, o ex-presidente teria 55% dos votos na etapa final, contra 32% do atual ocupante do Palácio do Planalto.

Mesmo eleitores que declaram intenção de votar em desafetos de Lula, como o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), tendem, em sua maioria, a apoiar o petista no segundo turno.

Declaram voto no ex-presidente 55% dos eleitores de Dória, contra 26% que apoiariam Bolsonaro. Uma parcela significativa, de 20%, votaria em branco ou nulo.

O levantamento foi realizado com 2.071 pessoas, de forma presencial, em 146 municípios, nos dias 11 e 12 de maio.

O dado é significativo, uma vez que João Dória construiu sua carreira política com forte discurso antipetista, desde sua primeira campanha eleitoral, para prefeito de São Paulo, em 2016.

Ele chegou a dizer que visitaria Lula na cadeia e declarou voto em Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições de 2018, com a justificativa de barrar o retorno dos petistas ao Palácio do Planalto.

Mas a pesquisa mostra que a rixa do governador com Jair Bolsonaro, sobretudo em razão da condução da pandemia, hoje se sobrepõe à querela com Lula.

Apoiadores do presidente criticam as medidas de isolamento social defendidas pelo tucano e o chamam, pejorativamente, de "calça apertada". O governador

teve 3% das intenções de voto na simulação de primeiro turno.

Lula também receberia a maior parte dos votos dados no primeiro turno ao ex-ministro Ciro Gomes (PDT), que apareceu com 6% na pesquisa, e o apresentador Luciano Huck (sem partido), que marcou 4%.

No caso dos apoiadores de Ciro, o petista seria a opção de 62%, contra apenas 15% que iriam de Bolsonaro e 22% que optariam pelo voto em branco ou nulo.

Lula e o petista têm mantido uma relação turbulenta ao longo dos anos. Ciro foi ministro da Integração Nacional no primeiro governo do petista e tem uma duradoura aliança com o PT do Ceará.

Mas a relação entre os dois caciques se deteriorou bastante a partir de 2018, quando Ciro se ressentiu da atuação do ex-presidente para dificultar a construção de sua coligação eleitoral.

No segundo turno daquele pleito, preferiu viajar a Paris em vez de apoiar Fernando Haddad (PT) contra Bolsonaro. Desde então, o petista tem atacado o que chama de "lulopetismo", e busca se reinventar como um candidato de centro.

Grande parte de seu eleitorado, contudo, ainda o vê como aliado natural de Lula, como mostra a pesquisa.

Quanto a Huck, Lula herdaria 48% de seus votos, contra 29% que iriam para Bolsonaro. Outros 23% votariam em branco ou nulo. O apresentador não costuma polemizar muito com Lula, com exceção de alfinetadas pontuais.

Quando o ex-presidente teve os direitos políticos restabelecidos por decisão do Supremo Tribunal Federal, em março, ele escreveu, em uma rede social, que "figurinha repetida não completa o álbum".

O único dos possíveis candidatos presidenciais a transferir a maior parte de seus apoiadores para Bolsonaro num segundo turno é Moro, que foi seu ministro da Justiça, mas com quem ele rompeu no ano passado. O ex-juiz teve 7% na pesquisa.

Mesmo com as trocas de acusações entre Moro e o

presidente, 39% de seus apoiadores votariam em Bolsonaro no segundo turno. Já Lula, que foi preso por ordem do então responsável pela Operação Lava Jato, receberia 29% dos votos dados a Moro.

Mas, mostrando que os apoiadores de Moro teriam uma escolha muito difícil a fazer, 31% votariam em branco ou nulo num eventual segundo turno entre o atual presidente e o petista.

Lula também recebe, no segundo turno, a maior parte dos votos dos eleitores que consideram o governo Bolsonaro regular (48%) e ruim ou péssimo (82%). Mesmo entre os que avaliam a atual gestão como ótima ou boa, o petista tem o apoio de 15%.

Já Bolsonaro, previsivelmente, tem 81% entre os que aprovam seu governo, 37% dos que a consideram regular e apenas 3% entre os que a classificam como ruim ou péssima.

SEGMENTOS QUE PUXAM E DERRUBAM A AVALIAÇÃO DE BOLSONARO APROVAM

48% entre empresários

33% entre evangélicos

31% entre moradores do Centro- Oeste/Norte

29% entre homens

REPROVAM

63% entre quem ganha mais de dez salários mínimos

58% entre funcionários públicos

57% entre quem tem ensino superior

50% entre mulheres

ELEITORES DA "TERCEIRA VIA" QUE VOTARIAM EM LULA NO 2º TURNO

55% dos eleitores de João Doria declaram voto no petista em um segundo turno contra Bolsonaro

26% dos eleitores de Doria apoiariam o atual presidente

62% dos apoiadores de Ciro Gomes optariam por Lula no segundo turno

15% dos eleitores de Ciro iriam de Bolsonaro

48% dos votos de Luciano Huck iriam para o petista no segundo turno

29% dos eleitores de Huck optariam por Bolsonaro

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49527>

Relator retira da reforma de servidor impedimento ao acúmulo de cargos

Danielle Brant *brasília*

O deputado Darci de Matos (PSD-SC), relator da reforma administrativa na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara, retirou do texto o impedimento para que servidores pudessem acumular o cargo público com outras atividades remuneradas.

Ele também considerou inconstitucional o dispositivo que dava ao chefe do Executivo o poder de extinguir ou fundir autarquias.

O relator protocolou seu parecer na terça-feira (11). A expectativa era que o texto fosse lido nesta quinta-feira (13) na reunião da CCJ, mas a presidente da comissão, deputada Bia Kicis (PSL-DF), afirmou que, por dificuldades técnicas, a reunião seria transferida para a próxima segunda-feira (17).

O relatório de Darci de Matos tem como objetivo dizer se a reforma administrativa viola ou não princípios constitucionais. O parecer final concluiu que a proposta é admissível, com duas emendas para corrigir os dispositivos que o deputado considerou inconstitucionais.

A primeira diz respeito à vedação a que servidores acumulem cargo público com qualquer outra atividade remunerada.

Na avaliação do relator, a expressão impede que um ocupante de cargo típico de Estado possa exercer uma atividade remunerada de músico, "mesmo que essa atividade não comprometa sua jornada e suas atividades no cargo público".

"No entanto, impedir que esse servidor exerça qualquer outra atividade remunerada representa uma restrição flagrantemente inconstitucional que não se justifica por ser o único tipo de vínculo da presente Proposta de Emenda à Constituição a continuar tendo direito a estabilidade", indicou o deputado.

Por isso, o relator suprimiu a expressão "a realização de qualquer outra atividade remunerada, inclusive".

Outro trecho que considerou inconstitucional trata da extinção, transformação e fusão de entidades da administração pública autárquica. Darci de Matos disse não ser admissível do ponto de vista

constitucional porque as "entidades desempenham atividades administrativas de forma descentralizada, elas são vinculadas e não subordinadas aos ministérios, e possuem personalidade jurídica própria"

"A possibilidade de extinção dessas entidades mediante decreto do chefe do Poder Executivo acarretaria grave alteração no sistema de pesos e contrapesos, ínsito ao modelo de separação de poderes e ao controle da Administração Pública pelo Poder Legislativo", complementou.

Sobre o resto da proposta, o relator não viu inconstitucionalidade. Em relação ao vínculo de experiência para cargos típicos de Estado, por exemplo, afirmou que o tema deve ser aprofundado na comissão especial para que seja aprimorado.

No entanto, disse que não se pode afirmar juridicamente nesta fase do processo legislativo que criar o vínculo de experiência violaria direitos e garantias individuais. "Conforme demonstrado anteriormente, não há direito adquirido a regime jurídico para futuros servidores da Administração Pública", ressaltou.

Além disso, sobre a ausência de membros do Executivo, Legislativo, Judiciário e militares na PEC, afirmou que a omissão não viola o dispositivo de direitos e garantias individuais da Constituição Federal.

"Além da diversidade jurídica dos regimes aplicáveis a cada segmento referido, já admitidos pela Carta Magna, competirá a Comissão Especial debater o tema, sugerindo eventuais emendas à Proposta de Emenda à Constituição."

O deputado também afirmou não ver na reforma nada que ofenda a forma federativa de Estado ou a separação de Poderes.

A reforma proíbe progressões automáticas de carreira, como as gratificações por tempo de serviço, e abre caminho para o fim da estabilidade em grande parte dos cargos, maior rigidez nas avaliações de desempenho e redução do número de carreiras.

Sem efeito sobre os atuais servidores e dependente de futuras regulamentações para mudar regras

consideradas sensíveis, a medida não deve gerar economia aos cofres públicos no curto prazo.

O pacote atinge futuros servidores dos três Poderes na União, estados e municípios, mas preserva categorias específicas. Juizes, procuradores, promotores, deputados e senadores serão poupa das nas mudanças de regras.

O governo argumenta que essas categorias obedecem a normativos próprios, que não podem ser alterados por sugestão do Poder Executivo. Eventuais mudanças para elas precisariam ser propostas pelos próprios órgãos ou incluídas pelo Congresso.

Nos planos do governo, também estão a redução das remunerações de entrada no serviço público e a ampliação do número de faixas de salário para evolução ao longo da carreira. Esses pontos devem ser tratados em projetos que serão apresentados em um segundo momento.

O texto torna mais rigoroso o processo de seleção para entrada em um cargo público. Hoje, a pessoa aprovada passa por três anos de estágio probatório, que usualmente não cria nenhum impedimento para a nomeação efetiva.

Com a nova regra, a pessoa passará por dois anos com um vínculo mais frágil, considerado de experiência, e mais um ano de estágio probatório. Após as etapas, o governo selecionará os aprovados de acordo com as vagas disponíveis e a classificação aferida após o período de experiência.

Impedir que esse servidor exerça qualquer outra atividade remunerada representa uma restrição flagrantemente inconstitucional que não se justifica por ser o único tipo de vínculo da presente PEC a continuar tendo direito a estabilidade

Darci de Matos (PSD-SC)

relator da reforma administrativa na CCJ da Câmara

ENTENDA A REFORMA

Proposta cria diferentes tipos de vínculo

Estabilidade ficará restrita a um deles: cargo típico de Estado

As carreiras com direito ainda serão definidas. Precisa de concurso e não podem ter redução de remuneração nem de jornada

É criada a possibilidade de cargo por tempo indeterminado, sem estabilidade e dependente de

concurso

Governo quer avaliar o servidor antes de assumir o cargo público efetivo

Proposta impede demissões por questões partidárias

Presidente pode reorganizar autarquias e fundações, reorganizar atribuições de cargos do Poder Executivo e extinguir órgãos

Servidores públicos em atividade no momento da aprovação das medidas não serão impactados

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49527>

Deputados articulam incluir magistrados em reforma administrativa

FERNANDA TRISOTTO

Deputados começaram a articular a inclusão dos chamados membros de Poderes -como juízes e desembargadores -na proposta de reforma administrativa que tramita na Câmara, com regras mais duras para futuros **servidores públicos**. Apesar de ainda não haver um consenso para a incorporação, o grupo que defende a mudança afirma que a maioria dos deputados tem se mostrado favorável à alteração.

O governo decidiu não incluir integrantes do Judiciário e do Legislativo sob o argumento de que isso caracterizaria uma interferência do Executivo sobre as regras de outros Poderes. Mas, na ocasião, técnicos da equipe econômica afirmaram que o Congresso poderia fazer a mudança.

Ao preservar esses servidores, mudanças como o fim das férias de mais de 30 dias e a aplicação de aposentadoria compulsória como punição não valeriam para esses funcionários.

É isso que o Legislativo tenta mudar. Há pelo menos três iniciativas de emendas que buscam alcançar o número mínimo de 170 assinaturas para serem protocoladas à proposta de emenda à Constituição (PEC) que redefinirá as carreiras do funcionalismo.

Fontes ouvidas pelo GLOBO ponderam que, com o encaminhamento do texto para a comissão especial, mais deputados devem apoiar as emendas.

VOTAÇÃO NA PRÓXIMA SEMANA

A coleta das assinaturas no modelo remoto tem dificultado o trabalho dos deputados, que demoram mais a angariar apoio. Além disso, os parlamentares mais alinhados à esquerda, e contrários a qualquer reforma, não apoiam a iniciativa.

A reforma administrativa já tem parecer favorável pela admissibilidade protocolado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O deputado Darci de Matos (PSD-SC), relator do texto no colegiado, fez duas ressalvas ao texto enviado pelo governo. Ele deu parecer contrário ao poder do presidente de extinguir órgãos por decreto e à proibição de acumulação de cargo público com outras atividades.

Matos leria seu relatório na sessão de ontem, mas problemas técnicos adiaram a reunião para a próxima segunda. A expectativa é que a votação do texto ocorra na próxima semana. Na sequência, será instalada a comissão especial.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já declarou que o relator da proposta na comissão especial será Arthur Maia (DEM-BA).

A possibilidade de inclusão de membros de Poderes na reforma administrativa foi rechaçada pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB). Em nota, a presidente da AMB, Renata Gil, argumenta que apenas proposições legislativas de iniciativa do Supremo Tribunal Federal (STF) podem modificar a organização do Judiciário.

"Quaisquer emendas parlamentares que tenham o objetivo de estender aos magistrados as medidas previstas para os servidores do Poder Executivo padecerão de vício de iniciativa", escreveu, acrescentando que a AMB "não admitirá a tramitação de qualquer matéria que afronte a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Magistratura". A entidade se posiciona de forma contrária à reforma por entender que ela enfraquece as carreiras de estado.

Reforma limita concursos e acaba com estabilidade de servidor - TRIBUNA

GILVAN MANOEL

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados cancelou a reunião que faria ontem (13) para analisar a proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20 que trata da reforma administrativa. Na reunião estava prevista a apresentação do parecer do relator, Darci de Matos (PSD-SC), que se posicionou favoravelmente à admissibilidade da proposta. Ainda não há data para a nova reunião.

A proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, encaminhada ao Congresso em setembro do outro passado, altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Entre outros pontos, o texto estabelece que cinco tipos de vínculos para os novos servidores.

Pela proposta, apenas as carreiras típicas de estado terão a garantia de estabilidade no cargo após um período de experiência. O texto mantém a previsão de realização de concursos para cargos permanentes fora das carreiras típicas de estado, mas diz que haverá uma segunda etapa de vínculo de experiência, e que a investidura acontecer para os mais bem avaliados ao final do período, dentro do quantitativo previsto no edital do concurso público.

Além disso também vai permitir ingresso por seleção simplificada para alguns vínculos. Inclusive com a previsão de vínculo por prazo determinado. A PEC também prevê a substituição das funções de confiança, que atualmente devem ser ocupadas por servidores que tenham cargos efetivos, pelos cargos de liderança e assessoramento.

O texto permite ainda ao presidente da República extinguir órgãos públicos por meio de decreto, e que a União poderá criar normas sobre gestão de pessoas, política remuneratória e de benefícios, além de progressão funcional.

No caso do Legislativo, o texto da reforma permite editar normas gerais para delegar a particulares atividades exercidas pelo poder público. O dispositivo autoriza a contratação de empresas privadas, ONGs, entre outros, para realizarem o trabalho que hoje é desempenhado somente por **servidores públicos**.

O texto declara nula a concessão de estabilidade no emprego ou de proteção contra a despedida para empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e das subsidiárias dessas empresas e sociedades por meio de negociação, coletiva ou individual, ou de ato normativo que não seja aplicável aos trabalhadores da iniciativa privada.

O texto também restringe a participação do Estado na atividade econômica. Pela proposta, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado será proibida, salvo as previstas na Constituição.

Entre outros pontos colocados na PEC estão os que tratam da proibição do aumento de remuneração ou de parcelas indenizatórias com efeitos retroativos; da proibição de férias em período superior a 30 dias pelo período aquisitivo de um ano; e aposentadoria compulsória como modalidade de punição.

Inelegível

Acompanhando parecer do Ministério Público Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral em Sergipe (TRE/SE) confirmou a condenação de Valmir Monteiro, ex-prefeito de Lagarto, por usar veículo alugado pela Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese) em sua campanha para a prefeitura em 2016. Na época, Valmir Monteiro era deputado estadual e tinha o veículo à sua disposição. A decisão foi tomada por unanimidade e a pena foi de perda do diploma e 1 mês de detenção, convertida em multa de R\$ 9 mil. Como consequência da condenação em 2ª instância, Valmir Monteiro está inelegível por oito anos, por conta da Lei da Ficha Limpa.

Provas

O prefeito já havia sido condenado em primeira instância, mas recorreu da decisão. Na sessão desta quinta, 13/05/21, o pleno do Tribunal confirmou a condenação, validando provas materiais consideradas robustas: diversas fotos da carreta realizada em 26/08/2016, publicadas em perfis das redes sociais do candidato, em que o veículo era facilmente identificável. De acordo com o parecer elaborado pela Procuradoria Regional Eleitoral, também foram juntados ao processo os comprovantes do aluguel efetuado pela Alese e os recibos do aluguel do mesmo veículo pelo candidato apenas no mês de setembro de

2016.

A lei

A legislação determina que é crime eleitoral utilizar em campanha eleitoral, nos noventa dias que antecedem o pleito, veículos e embarcações pertencentes à União, estados, territórios, municípios e respectivas autarquias e sociedades de economia mista.

Gestantes

O presidente Jair Bolsonaro sancionou nesta quarta-feira (12) a lei que garante à empregada gestante o afastamento do trabalho presencial durante o período da pandemia de covid-19, sem prejuízo do recebimento do salário. O projeto de lei sobre o assunto, de autoria da deputada federal Perpétua Almeida (PCdoB-AC), foi aprovado pelo Congresso Nacional no dia 15 de abril. Conforme o texto, a funcionária gestante deverá permanecer à disposição do empregador em trabalho remoto até o fim do estado de emergência em saúde pública.

Impostos

Análise realizada pelo Boletim Sergipe Econômico, parceria do Núcleo de Informações Econômicas da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (FIES) e do Departamento de Economia da UFS, com base nos dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz),

apontou que a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), em Sergipe, somou R\$ 328,5 milhões, em abril deste ano. Em termos relativos, verificou-se aumento real de 22,4% na arrecadação em relação a abril de 2020, considerando o efeito da **inflação** medida pelo IPCA. No comparativo com a **quantia** arrecadada em março último, verificou-se aumento real de 6,1%.

Outros tributos

A arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), no mês analisado, somou aproximadamente R\$ 25,9 milhões. Por sua vez, o recolhimento do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) ficou em R\$ 2,4 milhões, enquanto as taxas pagas em função da contraprestação de algum serviço público recolheram pouco mais de R\$ 807,3 mil aos cofres do estado, no mês analisado.

Crime com provas

Em sua intervenção na CPI da Pandemia durante

depoimento de Carlos Murillo, ex-presidente da Pfizer no Brasil, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) ressaltou que o governo Bolsonaro não tinha, em dezembro de 2020, nem plano de vacinação. "Se não tinha programa de imunização, é porque não tem preocupação com imunizante", concluiu o Carvalho. Ele apontou que o país passou a ter depois de decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, para que o governo apresentasse um programa nacional de imunização.

Negligências

O senador comparou o desastre de Bolsonaro com a resposta do governo de Israel, que foi atrás da empresa para adquirir vacinas e hoje lidera o ranking das imunizações por cada 100 habitantes. "Estamos diante de negligência, ou de ação deliberada para não resolver o problema da pandemia no Brasil", denunciou. "É um crime contra a saúde pública e contra a vida".

Vacinas

"Lembro que mais da metade das mortes por covid no ocorreram em 2021, momento em que já existia vacinas no mundo e o Brasil negando a compra", observou Carvalho, pelo Twitter. O senador apontou que o atraso de 216 dias do governo para adquirir a vacina da Pfizer custou a vida de milhares de brasileiros. "Perdemos a oportunidade de vacinar o Brasil em massa com 70 milhões de doses, antes de se estabelecer essa tragédia sanitária", escreveu Carvalho. "O crime é desvendado com provas".

Radioterapia

A vereadora Sheyla Galba (Cidadania) denunciou, nesta quinta-feira, 13, em discurso na Câmara Municipal de Aracaju, que pacientes oncológicos do Hospital João Alves Filho voltaram a enfrentar a suspensão do tratamento de radioterapia por problemas em uma das máquinas. A parlamentar também cobrou mais uma vez a compra de medicamentos para quimioterapia que estão em falta desde fevereiro.

Sem remédios

"Já estávamos lutando desde fevereiro para que o Estado compre e volte a disponibilizar os cinco medicamentos de quimioterapia que estão em falta. Agora, recebemos a informação de que desde semana passada a máquina de radioterapia do Hospital João Alves Filho, que está funcionando há cerca de três anos, está quebrada", ressaltou. Segundo Sheyla, somente nesta quinta-feira é que a Secretaria de Estado da Saúde vai iniciar um pregão para contratar

o serviço de manutenção.

Parceria

Mais um importante apoio ao fortalecimento à agricultura familiar e às comunidades do campo em diversos municípios foi dado nesta quinta-feira (13), através de entregas de equipamentos e assinatura de ordens de serviço, numa parceria entre o deputado federal João Daniel (PT/SE) e o governo do estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura, da Inclusão e Assistência Social e da Cohidro. No total foram mais de R\$ 1.600.000 investidos por meio de emenda parlamentar individual.

Motos

Em ato simbólico realizado na Cohidro, foram entregues 20 motocicletas 0km, 150 cilindradas, com objetivo de fortalecer a atividade agropecuária familiar, principalmente no atual período de pandemia. Os veículos foram entregues às prefeituras de Carira, Canindé de São Francisco, Cristinápolis, Feira Nova, Indiaroba, Salgado e Santa Luzia do Itanhy, a quatro cooperativas de produtores rurais; a quatro Sindicatos de Trabalhadores Rurais e à uma Associação Agro Industrial; além de duas que foram destinadas à Cohidro, para os perímetros Irrigados e duas para Seagri.

Compromisso

Para o deputado João Daniel, a alegria é imensa por estar entregando esses equipamentos e assinando as ordens de serviço para os sistemas de abastecimento que vão beneficiar tantas famílias. "São muitas comunidades e assentamentos de diversos municípios, porque para nós é fundamental melhorar, cada vez mais, essas comunidades através do abastecimento com água potável, de equipamentos e políticas públicas. Nosso mandato tem compromisso com a população sergipana, em especial com quem produz alimentos saudáveis", declarou.

Água

Além da entrega das 20 motocicletas, o ato marcou a assinatura de autorização de licitação para construção de 15 sistemas simplificados de abastecimento de água com rede de distribuição para povoados e assentamentos de cinco municípios: Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Lagarto e Riachuelo, com uma emenda do deputado João Daniel no valor de R\$ 900 mil.

Bonde do Lira puxa van bolsonarista (2)

Vinicius Torres Freire *Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)*

Presidente da Câmara toca prioridades do governo e seu plano de agradar ao baixo clero

No dia do "teje preso" na CPI da Covid, Arthur Lira conduziu a aprovação da lei de licenciamento ambiental, colocou para andar a comissão do voto impresso e arranjou a votação de regras que limitam o poder da oposição na Câmara.

O presidente da Câmara e líder-mor de Jair Bolsonaro no Congresso também criou um grupo de trabalho e, neste maio, uma comissão para mudar a lei eleitoral. Ainda no programa prioritário do governo, negocia a votação da lei da grilagem. Mais adiante e mais difícil, vai tentar tocar a lei de mineração em terras indígenas, se o estouro final da boiada ambiental não fizer muito escândalo.

Em parte, o bonde do Lira puxa a van atolada da pauta reacionária do bolsonarismo. Se tiver sucesso, pode se transformar de fato no novo primeiro-ministro do mafuá. Seu antecessor no comando da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também ocupava esse cargo de regência da avacalhação nacional, mas em regime de coabitação, em oposição moderada a Bolsonaro e na retranca quanto a medidas mais autoritárias ou degradantes do bolsonarismo.

Lira tem seu programa, declarado na sua campanha pelo comando da Câmara: dar poder "às bases" parlamentares, à irresistível ascensão do baixo clero, que ganhou força com a degradação decisiva da Presidência da República, a partir de 2014. O próximo passo é a tentativa de refazer a legislação eleitoral e dar um chega para lá em Supremo e TSE, que de fato extrapolaram, legislando e fazendo muita besteira eleitoral nos últimos 15 anos.

Uma prioridade de Lira é a volta do financiamento privado de campanhas, mantido o financiamento público -o baixo clero reclama dos caciques partidários, que teriam muito poder na definição de quem leva o dinheiro público. Outra tentativa é relaxar a progressão das cláusulas de barreira, a votação mínima exigida para que um partido tenha fundo público, regalias no Parlamento etc. É reivindicação dos partidos mais que nanicos (pois nanicos quase todos são). Se der, voltaria ainda a coligação de partidos em eleições proporcionais em 2022

(derrubada por emenda constitucional de 2017 que ainda nem vigorou em eleição federal).

Existe também a conversa de criar o "distritão" (ganham a cadeira parlamentar os candidatos a deputado que tiverem mais votos, independentemente da votação do partido), que deve ser bode na sala, ou de cota de cadeiras para mulheres. Mas o essencial é atender "às bases". O prazo é curto, até início de outubro, e muita mudança depende de emenda constitucional.

Lira praticamente deu cabo da "**reforma tributária** ampla", que politicamente já andava mal das pernas, até porque daria em confrontos duros entre grandes setores empresariais, além de rolos federativos. Está, pois, "de boas" com Paulo Guedes, mas deve tocar apenas reformas consensuais na elite ou que não incomodem as bases (não é o caso da **reforma tributária** ampla ou de reforma administrativa que cause algum atrito), dizem colegas próximos.

Vai conseguir tocar seu programa? A tentativa de aprovar rapidinho a lei da impunidade parlamentar não deu certo. Uma degradação contínua da popularidade de Bolsonaro pode jogar vinagre em certas prioridades do governo. A persistência da força eleitoral de Lula da Silva tiraria gente da órbita do centrão. No entanto, como se dizia, Lira tem seu programa, que é também em parte o da bancada do boi ou da elite financeira, por exemplo. É principalmente o do baixo clero parlamentar: capturar o dinheiro que restou "livre" do Orçamento e aprovar regras eleitorais que barrem a renovação do Congresso.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49527>

Uma reforma para o crescimento (3)

O Brasil poderá ganhar mais investimento produtivo, mais crescimento e mais emprego se for aprovada uma **reforma tributária** ampla, em vez de fatiada, argumentam dirigentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e de mais 35 entidades setoriais, em manifesto divulgado ontem. O documento é um alerta aos presidentes da Câmara e do Senado, defensores da mudança parcial - e em etapas - proposta pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. A solução defendida pelos líderes empresariais é mais próxima do texto apresentado pelo relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e baseado principalmente nas Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110, já em tramitação no Congresso.

Criar uma economia mais eficiente e mais competitiva é o objetivo central da solução valorizada pelos empresários.

Seu manifesto reflete uma concepção de desenvolvimento com maior inserção no sistema internacional, maior geração de empregos e maior criação de oportunidades para os cidadãos.

São ideias quase sempre ausentes das manifestações de um governo avesso ao planejamento e à elaboração de projetos para a economia real e para o desenvolvimento social.

Em recente reunião com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o ministro da Economia propôs uma reforma em etapas. Dois capítulos seriam iniciados na Câmara e dois no Senado e em seguida sua tramitação seria completada na outra Casa.

Completado o processo, no entanto, o resultado final seria muito modesto, quando comparado com as necessidades do País e com o potencial de uma reforma bem mais ampla.

O governo propõe, para começar, a fusão do PIS e da Cofins numa Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Os governos estaduais poderão aderir, se quiserem, acrescentando a esse bolo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em outra etapa o Imposto sobre Produtos Industrializados será convertido num tributo seletivo sobre certos bens com "externalidades negativas", como cigarros e bebidas. A mudança prosseguiria com a redução do imposto sobre o ganho empresarial e o aumento da cobrança sobre dividendos e ativos financeiros.

O processo ainda envolveria uma nova renegociação com devedores de **impostos** federais.

Simplificar a tributação seria sem dúvida um avanço importante, mas a complexidade é apenas um dos defeitos do sistema brasileiro. A proposta governamental avança um pouco mais com a ideia de aliviar o imposto sobre o lucro e aumentar a cobrança sobre dividendos e ganhos financeiros. Mas é pouco ambiciosa quanto à correção do sistema.

A tributação brasileira, além de injusta, é disfuncional, porque encarece a produção e o investimento produtivo. Não há como eliminar ou reduzir esses problemas sem mexer no ICMS, o mais importante tributo estadual. A proposta do relator da **reforma tributária** vai mais longe, ao prever a fusão do ICMS e de **tributos** federais num imposto sobre o valor agregado, semelhante àquele encontrado em países desenvolvidos.

Não tem sentido, segundo o deputado Aguinaldo Ribeiro, insistir em tratar separadamente os **tributos** cobrados em cada nível de governo pelos entes federativos.

Esse ponto de vista é sustentado também pelos signatários do manifesto. "A avaliação da **reforma tributária** deve ser feita", segundo o documento, "com base nos ganhos a serem obtidos pelo país como um todo, sem se limitar a uma visão parcial dos efeitos sobre determinados setores ou entes da federação." Segundo estudos citados no manifesto, uma **reforma tributária** ampla poderá elevar em até 20% a taxa de crescimento econômico nos próximos 15 anos. A reforma, observam os autores do texto, proporcionará esses benefícios por meio do aumento da competitividade internacional e da melhor alocação de recursos. Esse é o tipo de reforma defendido há muitos anos por estudiosos e empresários conhecedores do tema.

Mas essas ideias foram ignoradas pelo governo e pelos dirigentes da Câmara e do Senado.

Ainda há tempo de evitar um novo erro.

Manifesto da indústria defende reforma ampla dos **tributos** em vez de um processo fatiado

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Decisão do STF pode acelerar reforma tributária



Brecha. Fim do julgamento no STF abre espaço para que outras ações voltem à pauta

Idiana Tomazelli Anne Warth / BRASÍLIA

A consolidação da tese do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS/Cofins, reduzindo a arrecadação federal, deve ampliar a pressão para que outra ação semelhante, que trata do ISS (imposto sobre serviços, que é municipal), volte à pauta da Corte. O risco de um desfalque ainda maior na arrecadação do governo, por sua vez, deve mobilizar a equipe econômica para tentar acelerar a **reforma tributária** no Congresso Nacional e evitar um agravamento das contas, que já terão déficit próximo a R\$ 300 bilhões, considerando o peso das medidas emergenciais.

Nos últimos dias, cresceram as articulações em torno da definição de um nome para a relatoria de uma das "fatias" da reforma definidas pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), em alinhamento com o time do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Segundo apurou o Estadão/ Broadcast Político, o deputado Luis Miranda (DEM-DF) está sendo cogitado como relator da parte da reforma que tratará dos **tributos** sobre consumo e renda. Seria basicamente a unificação de PIS e Cofins na chamada Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), embora uma ala do Congresso queira emplacar também a redução do Imposto de Renda das empresas e a cobrança de IR sobre lucros e dividendos distribuídos à pessoa física.

Apesar de ser do mesmo partido do ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (RJ), o parlamentar se aproximou de Lira ainda durante a campanha do alagoano para o comando da Casa e ajudou na busca de votos para elegê-lo.

Aliados de Lira têm defendido o nome de Miranda para o posto, embora sua indicação não seja unanimidade. A interlocutores, o deputado do DEM tem narrado conversas com o presidente da Câmara desde janeiro para que ele assumisse a função. Técnicos do Congresso veem com bons olhos a nomeação de Miranda, dado seu conhecimento sobre o tema.

Nos bastidores, o candidato a relator já tem se movimentado e, na quarta-feira, teve uma reunião com representantes dos Fiscos de todo o País. Ao Estadão/ Broadcast Político, ele preferiu não comentar a possibilidade de assumir o posto, mas disse estar à disposição de Lira.

Pressão. Para o economistachefe da RPS Capital, Gabriel Leal de Barros, a decisão do STF vai forçar o avanço de alguma versão da **reforma tributária**. "A perda fiscal é muito grande para não fazerem nada. O Congresso precisa entrar em algum consenso e aprovar alguma reforma.

Não tem como absorver um buraco fiscal como esse." O tributarista Luiz Bichara, sócio do Bichara Advogados, também entende que o veredicto do STF tende a mobilizar o governo e o Congresso para evitar perdas dramáticas na arrecadação.

"A decisão do STF vai provavelmente apressar a Contribuição sobre Bens e Serviços (unificação do PIS/Cofins)." Por outro lado, o fim do julgamento sobre o ICMS deixou o terreno pronto para que outras ações desse tipo voltem à pauta. É o caso da ação que pede a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS/Cofins, que pode resultar em perda de R\$ 32,3 bilhões em cinco anos para a União.

Para a advogada Paula Las Heras, sócia-fundadora da LLH Advogados, a decisão sobre o ICMS abre precedente para que ISS e demais **tributos** incidentes sobre a receita sejam descontados da base de cálculo do PIS/Cofins. Isso ampliaria o problema para as contas da União. "Estamos mais convencidos de que a modulação (no caso do ISS) seguirá a mesma linha. Só valerá para quem entrou até o julgamento da exclusão do ISS da base de PIS e Cofins, ou do PIS e Cofins das próprias bases de cálculo, ambos sem data definida de julgamento", disse.

I Cálculo

R\$ 32,3 bi é a estimativa de perdas em arrecadação da União em cinco anos caso a ação que pede a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS/Cofins seja aprovada

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo finaliza novas regras para o IR

Fabio Graner

O governo finaliza o desenho do projeto de lei com mudanças no Imposto de Renda, tanto das famílias como das empresas. A intenção, segundo apurou o Valor, é elevar a faixa de isenção do Imposto de Renda Pessoa Física, mas corrigindo também outras faixas da tabela progressiva. Por outro lado, isenções e benefícios tributários estão sendo revistos, entre eles os relativos a produtos financeiros, como Letras de Crédito Agrícola (LCA) e Imobiliário (LCI), e também nas regras de deduções.

O plano até o momento é enviar essa proposta para a Câmara dos Deputados, dentro do conceito de reforma fatiada defendido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, e pelo presidente daquela casa, Arthur Lira (PP-AL).

Os dois têm trabalhado contra uma reforma ampla na tributação de consumo, cujo texto principal foi apresentado nessa semana pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O relatório, que busca unificar as PECs 45, da Câmara, e 110, do Senado, só tratou da parte da unificação do PIS/Cofms, ICMS e ISS e da substituição do IPI por um imposto seletivo. Mesmo com Ribeiro fazendo a unificação da parte federal primeiro, o governo não topou e, apoiado por Lira, pretende fazer andar o projeto da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), enviado para a Câmara no ano passado.

Além das mudanças na tributação para pessoas físicas, o governo pretende alterar as regras para as empresas, embora definições ainda estejam sendo tomadas. Guedes já declarou que pretende reduzir o IRPJ e compensar parte dessa perda de receita com a cobrança de IR na distribuição de lucros e dividendos, hoje zerada, que pode ser feita por projeto de lei.

Nesse ponto, a área econômica discutia fazer valer essa regra apenas para os lucros obtidos a partir de 2022, deixando de fora da nova tributação os resultados auferidos de anos anteriores.

Um dos dramas nesse tema é que os cálculos da Receita colocam uma capacidade de arrecadação com dividendos não tão grande como muitos imaginam. A alíquota dos dividendos teria que ser elevada em três a quatro pontos percentuais para cada ponto percentual de redução no IRPJ. Como a intenção é não elevar a carga tributária, a equação não estava fácil de ser finalizada nesse tópico.

A mudança também pode reduzir o estímulo à chamada pejotização de trabalhadores, instrumento no qual empresas pagam os vencimentos dos trabalhadores como se eles fossem empresas. Muitos desses trabalhadores não pagam imposto ou tem o encargo baixo.

Para o economista Sérgio Gobetti, especialista no assunto, o governo pode reduzir mais a alíquota do IRPJ sem perder receitas se rever benefícios e regimes especiais que reduzem a base de incidência do tributo, como o juro sobre capital próprio. Segundo ele, hoje o IRPJ/CSLL está em 34%, mas a chamada "alíquota efetiva" das empresas no regime de lucro real está em torno de 25%.

"No caso dos dividendos, é preciso se precaver da possibilidade de as empresas reterem os lucros e pagarem seus acionistas por dentro das despesas da empresa", diz, sugerindo que se faça a taxação do dividendo independente da distribuição, como ocorre no Chile, fazendo depois o ajuste na tabela progressiva da pessoa física.

Na ideia de fatiamento da **reforma tributária**, o governo deve enviar ao Senado a proposta de "passaporte tributário", que inclui uma espécie de Refis-renegociação de dívidas tributárias. A ideia é limpar os balanços das empresas em relação ao passivo tributário acumulado entrada de empresas no novo sistema tributário brasileiro com seu passado com o fisco resolvido.

Vale lembrar que nesse momento o Senado tem em tramitação um projeto do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-RJ), para renegociação de dívidas tributárias, que preocupa o governo por conta do desenho muito semelhante ao passado.

Sítio:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186862?page=1§ion=1

'Caminho é a reforma tributária', afirma Laércio ao Correio Braziliense

Em matéria publicada no jornal Correio Braziliense desta quinta-feira, 13, o deputado federal Laércio Oliveira afirmou que para permitir que a indústria química nacional tenha condições de competir com igualdade com o mercado internacional e contribuir para a retomada da economia do país diante dos efeitos causados pela pandemia da Covid-19, o Congresso Nacional não deve aprovar a medida provisória (MP) 1.034/2021. O texto do Governo Federal sugere a suspensão do Regime Especial da Indústria Química (REIQ), a partir de julho, para compensar a isenção da cobrança de **impostos** sobre o óleo diesel e o gás de cozinha até dezembro deste ano.

No entender do parlamentar, o Executivo precipitou-se ao formular a medida e não teve sensibilidade para avaliar a importância do benefício fiscal ao setor. Criado em 2013, o REIQ possibilitou um ambiente mais favorável à atividade das indústrias químicas por meio da desoneração das alíquotas de PIS/Cofins incidentes sobre a compra de matérias-primas básicas petroquímicas da primeira e da segunda geração. Segundo Oliveira, dar um fim a isso é um "retrocesso enorme" e o parlamento precisa dar uma resposta.

"Vamos medir as consequências. Estamos falando de perda de competitividade, desemprego, aumento de **impostos**, queda de produção e queda da arrecadação de **impostos**. Tudo o que a gente não pode viver nesse momento. Isso (extinção do REIQ) tem impacto enorme em uma economia tão cambaleante quanto a nossa, sobretudo nesses últimos tempos. A gente não precisa disso", pondera Oliveira.

De acordo com o deputado, já há um movimento intenso dentro do Legislativo para impedir que a matéria do governo prospere. Segundo ele, parlamentares querem mostrar ao Executivo as "consequências terríveis" provenientes da suspensão do REIQ, apesar de uma aparente resistência do Palácio do Planalto em desistir da proposta. Por mais que seja difícil, Oliveira promete "enfrentar em todas as instâncias onde tiver espaço para poder debater" o caso.

O deputado tentou ficar com a relatoria da MP, mas acabou não conseguindo devido aos obstáculos colocados pelo governo para impedir que a matéria

não seja aprovada. Diante desse cenário, Oliveira espera que o parlamentar que vier a ser escolhido para a relatoria não se oponha a ouvir as considerações de quem é contra a medida.

"Existem, sim, espaços para boas conversas. Estamos comprometidos em buscar uma discussão qualificada. Vamos usar o regimento da Casa para encontrar uma solução. Primeiramente, esgotando ao máximo o diálogo. Depois, buscando outras", concluiu.

Agronegócio

Na reportagem Laércio Oliveira ainda concordou que são necessárias modificações no regime tributário do setor químico, mas ressaltou que seria mais adequado se o assunto fosse analisado dentro do contexto de uma **reforma tributária** mais ampla. "Temos de discutir profundamente os efeitos dessa alteração regulatória. É preciso colocar seriedade nisso. Precisamos acampar em torno dessa MP para fazer com que ela seja retirada ou que os efeitos dela não sejam aprovados pelo Congresso Nacional. Estamos em um momento onde o Legislativo começou a falar sobre **reforma tributária**, e esse é o ambiente propício para uma discussão profunda e qualificada sobre o REIQ, onde podemos encontrar alternativas e definir o melhor caminho", opina.

O deputado acrescentou que a **reforma tributária** "é onde podemos apresentar argumentos alternativos, que mantenham a produtividade da indústria química, setor tão importante para o nosso país e o mundo". "A indústria química oferece soluções para todas as etapas de produção. Hoje, o Brasil tem a sexta indústria química do mundo. E, dentro do Brasil, a química é a terceira maior indústria. Sem a química, por exemplo, não há agronegócio, que é o setor que mais se destaca na nossa balança comercial", alerta o parlamentar.

"Portanto, temos que nos esforçar ao máximo para encontrar alternativas. Na Frente Parlamentar de Apoio à Indústria Química tem muita gente boa e competente que tem todas as condições de mudar o pensamento com referência a algo que seja produzido que vá de encontro ao que pensa o setor", completa.

Lira diz que detalhará plano de trabalho da reforma tributária na semana que vem

Eduardo Gayer

O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), pretende detalhar o plano de trabalho da **reforma tributária** no início da semana que vem. A informação foi dada na noite desta quinta-feira (13) pelo próprio parlamentar no Twitter, após receber, em sua residência oficial, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e o presidente da comissão mista da **reforma tributária**, senador Roberto Rocha (PSDB-MA).

Uma foto do encontro foi publicada nas redes sociais dos três políticos. Rocha entregou a Lira e Pacheco o relatório final da comissão mista, que encerrou seus trabalhos. Na postagem, o presidente da Câmara chamou o texto de texto inicial da reforma .

Após um ano e dois meses, o relator da **reforma tributária** na comissão mista do Congresso, Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB), apresentou sua versão final do parecer que reuniu as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110, além de um projeto de lei do Executivo sobre o tema. O texto não foi votado pelo caráter informal do colegiado.

Como mostrou na quarta-feira o Estadão/Broadcast , o destino do parecer é incerto. A tendência é que Lira e Pacheco deem continuidade à **reforma tributária** de forma fatiada, como já anunciado pelo presidente da Câmara, e não por meio de um texto único.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/05/14/lira-diz-que-detalhara-plano-de-trabalho-da-reforma-tributaria-na-semana-que-vem.htm>

Petrobras fecha 1º trimestre com lucro de R\$ 1,17 bilhão

André Ramalho e Gabriela Ruddy Do Rio

A Petrobras fechou o primeiro trimestre de 2021 com um lucro líquido de R\$ 1,17 bilhão, revertendo o prejuízo histórico de R\$ 48,52 bilhões registrado em igual período do ano passado. Na ocasião, a estatal contabilizou uma baixa contábil por perda no valor de ativos e investimentos de R\$ 65,3 bilhões, em meio ao choque dos preços do petróleo no mercado internacional. Agora, influenciada positivamente pela recuperação da commodity, a empresa apresentou uma melhora nos principais indicadores financeiros.

As receitas líquidas cresceram 14,2% nos três primeiros meses de 2021, na comparação anual, para R\$ 86,174 bilhões. Já o Ebitda (lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização) subiu 30,5%, para R\$ 48,949 bilhões, na mesma base comparativa.

A companhia se beneficiou da valorização do barril do tipo Brent, vendido, em média, a US\$ 60,90 entre janeiro e março. O valor representa aumento de 21,2% em relação aos três primeiros meses de 2020. Na comparação com o quarto trimestre de 2020, a alta é de 37,7%.

Em vídeo encaminhado aos investidores, o novo diretor financeiro, Rodrigo Araújo, destacou o fluxo de caixa livre positivo de R\$ 31,1 bilhões, mesmo num cenário de pandemia, e atribuiu o resultado não só à valorização do barril, mas também às menores despesas operacionais - que recuaram 85%, para R\$ 11,148 bilhões. O executivo lembrou que, apesar disso, houve uma redução nas vendas, devido à sazonalidade e aos efeitos da pandemia de covid-19 sobre a demanda.

Também impactaram negativamente o balanço a queda de 5% na produção de óleo e gás, na comparação anual, e a variação cambial. Devido à desvalorização do real frente ao dólar, o resultado financeiro da Petrobras no primeiro trimestre foi negativo em R\$ 30,7 bilhões - comparado à receita de R\$ 6,8 bilhões do quarto trimestre de 2020 e aos R\$ 21,17 bilhões negativos apurados nos três primeiros meses do ano passado.

Em breves comentários escritos no balanço financeiro, o novo comando da Petrobras adotou um tom de continuidade. Araújo afirmou que a empresa manterá o

"foco total" no plano estratégico. Empossado na presidência da petroleira já no segundo trimestre, Joaquim Silva e Luna escreveu que a empresa "continuará a trajetória de geração de valor, com uma gestão pautada na transparência, no diálogo e na racionalidade e com investimentos concentrados nos ativos em que somos reconhecidos como líderes mundiais".

A Petrobras também manteve a trajetória de queda da dívida bruta - que fechou o mês de março em US\$ 70,9 bilhões, redução de 6,1% na comparação com dezembro. Em abril, a petroleira conseguiu cortar mais US\$ 3,2 bilhões, por meio de amortizações e pré-pagamentos. O indicador, dolarizado, é referência para a política de dividendos da empresa, que prevê aumentar a remuneração aos acionistas quando reduzir o patamar para menos de US\$ 60 bilhões.

A alavancagem, medida pela relação dívida líquida/Ebitda foi de 2,22 vezes ao fim do ano passado para 2,03 vezes em março. (Colaboraram Rafael Rosas, do Rio, e Rodrigo Rocha, de São Paulo)

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186862

Bolsonaro promete reajustar Bolsa Família

INGRID SOARES ALEXIA OLIVEIRA*

O presidente Jair Bolsonaro afirmou, em Alagoas, que o novo modelo do programa Bolsa Família está "quase pronto" e que a adesão será feita digitalmente por meio de aplicativo. "Está quase pronta a questão do novo Bolsa Família, proposta tua (João Roma) e, mais ainda, brevemente, a inclusão do Bolsa Família não será mais procurando prefeituras pelo Brasil, será feita através de um aplicativo. Vamos libertar as pessoas mais humildes do jugo de quem quer que seja", disse ele, ontem, dirigindo-se, em discurso, ao ministro da Cidadania.

O anúncio ocorre em meio ao acirramento das tensões políticas, que já se refletem no calendário eleitoral de 2022. No último dia 28, o presidente anunciou que o governo deverá propor um aumento no valor do benefício do programa, a vigorar a partir de agosto ou setembro. Com isso, a quantia pode chegar a R\$ 250. O valor reflete o reajuste da **inflação**.

"Só de auxílio emergencial, no ano passado, gastamos mais que 10 anos de Bolsa Família. Então, o PT, que fala tanto em Bolsa Família, hoje, a média é de R\$ 192. O auxílio emergencial, eu sei que está pouco, mas é muito mais do que a média do Bolsa Família. A gente pretende passar para R\$ 250 em agosto ou setembro", disse Bolsonaro. Cerca de 14,2 milhões de famílias recebem o benefício. Com o orçamento apertado, a equipe econômica terá como desafio encontrar uma fonte de verbas para suprir a proposta. Ângela França, 35 anos, está desempregada e reside na Samambaia Sul. Ela é um dos exemplos de pessoas que dependem do Bolsa Família para sobreviver. "Eu acredito que o programa é muito importante, principalmente para mim, ainda mais na situação em que me encontro, desempregada fazendo tratamento hospitalar, com criança pequena. É um dinheiro que me ajuda", explicou. Ela reside com as duas filhas, uma de 16 e a mais nova, de quatro anos, e diz que tem boas expectativas a respeito das promessas do governo em relação ao Bolsa Família. "O aumento que Bolsonaro está prometendo seria de muita ajuda, pois existem muitas famílias que recebem apenas 40 ou 80 reais. Isso chega a ser injusto e esse dinheiro só dá para comprar um pacote de arroz e feijão. Com a reformulação, acredito que vai ajudar um pouco mais", comemorou.

Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

Valor do novo auxílio emergencial é criticado por 9 em cada 10

Fernando Canzian - são paulo

Quase nove entre cada dez brasileiros avaliam que o valor do novo auxílio emergencial pago pelo governo federal é insuficiente, segundo pesquisa Datafolha realizada nesta semana, entre os dias 11 e 12 de maio.

Significativamente menor na comparação com o que foi disponibilizado no ano passado, a nova rodada do auxílio, prevista para o período entre abril e agosto, é considerada insuficiente por 87% dos brasileiros com mais de 16 anos.

O novo auxílio pagará entre R\$ 150 e R\$ 375 a 45,6 milhões de beneficiários. O gasto total previsto é de R\$ 44 bilhões, equivalente a apenas 15% do que foi desembolsado em 2020.

Iniciada somente após o trimestre mais letal da pandemia da Covid-19 no Brasil, entre janeiro e março deste ano, a nova rodada é considerada satisfatória por apenas 10% da população -outros 3% acham o montante mais do que suficiente.

No ano passado, o auxílio emergencial vigorou entre os meses de abril e dezembro, somando R\$ 293 bilhões destinados a 66 milhões de brasileiros. As parcelas iniciais foram de R\$ 600, depois reduzidas a R\$ 300.

Entre os que receberam o auxílio no ano passado, quase 90% consideram o valor deste ano insuficiente. De acordo com o Datafolha, menos da metade (49%) das pessoas que receberam o auxílio no ano passado o fizeram neste ano.

Economistas das áreas de renda e desigualdade consideram que o governo federal exagerou na dose do auxílio emergencial em 2020 e acabou sem munição neste ano -marcado por nova onda de infecções e mortes e pela falta de vacinas que poderiam permitir o retomo pleno da atividade econômica no Brasil.

A análise é reforçada por dois indicadores.

O primeiro é a captação líquida da poupança, que atingiu R\$ 166,3 bilhões em 2020, a maior da série histórica do Banco Central.

O segundo é a **inflação**, sobretudo a de alimentos, que disparou no ano passado e seguiu alta neste primeiro trimestre, indicando uma elevação de preços decorrente do maior volume de moeda em circulação.

Com o fim abrupto, no início deste ano, do auxílio emergencial robusto de 2020, o efeito sobre os mais pobres foi imediato. Houve súbito aumento da taxa de pobreza e o encolhimento da chamada classe C.

De acordo com dados da FGV Social, o Brasil registra hoje 35 milhões de pessoas na pobreza extrema, ou 16% da população vivendo com uma renda de menos de R\$ 246 ao mês. Em 2019, eles somavam 24 milhões, ou 11% do total.

Desde agosto do ano passado, quando do ápice do pagamento do auxílio emergencial, quase 32 milhões de pessoas deixaram a classe C (renda domiciliar entre R\$ 1.926 e R\$8.303) em direção às D/E ou à miséria.

O Datafolha também aferiu que 55% dos brasileiros consideram insuficiente ou muito pouco o que eles e seus familiares ganham atualmente para sobreviver.

O percentual salta a 71% entre aqueles com renda familiar mensal até dois salários mínimos (R\$ 2.200) -e que constituem a maioria (57%) das famílias brasileiras, de acordo com o perfil da amostra do Datafolha.

Dados da pesquisa também permitem inferir que a popularidade do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) pode estar sendo abalada pela substituição de um auxílio emergencial mais robusto no ano passado por valores considerados insuficientes agora pela imensa maioria dos brasileiros.

Em agosto do ano passado, no auge do pagamento do auxílio emergencial, a aprovação ao seu governo atingiu 37%, a melhor taxa desde o início do mandato. Na pesquisa desta semana, seu índice de ótimo/bom recuou a 24%, a pior marca.

Além de estar pagando um auxílio menor, Bolsonaro enfrenta uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar sua responsabilidade nas cerca de 430 mil mortes em decorrência da Covid-19 no país e uma recuperação econômica medíocre.

Para esses e outros resultados, o Datafolha realizou 2.071 entrevistas presenciais em 146 municípios de todo o Brasil, sendo de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, a margem de erro do levantamento.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

27

Novo auxílio emergencial é insuficiente, dizem brasileiros

Maioria diz que valor pago não é o bastante, segundo Datafolha

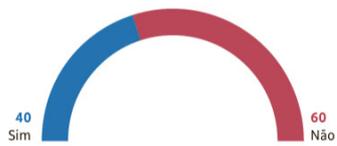
De R\$ 150 a R\$ 375 é o novo valor do benefício

Na sua opinião esse auxílio emergencial pago pelo governo federal é:



Você recebeu o auxílio emergencial no ano passado?

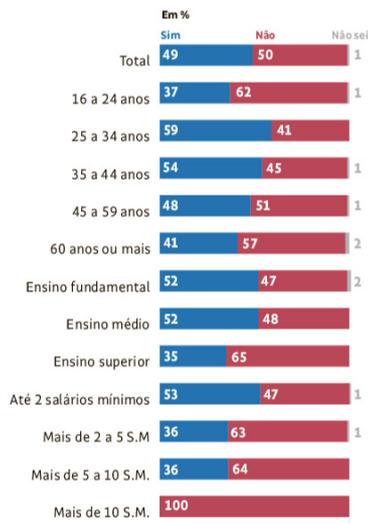
Em %



Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.071 entrevistas presenciais em 146 municípios do país entre os dias 11 e 12 de maio de 2021. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos

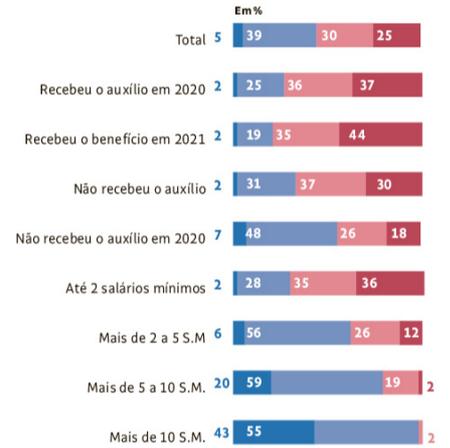
Você já recebeu o auxílio emergencial neste ano?

Entre os que receberam o benefício em 2020



Você diria que o dinheiro que você e sua família ganham é:

■ Mais do que suficiente
■ É exatamente o que precisam para viver
■ Não é suficiente, às vezes falta
■ É muito pouco, trazendo muitas dificuldades

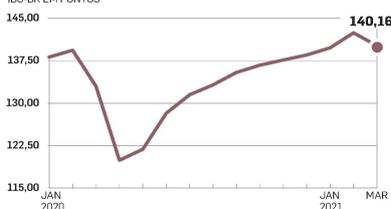


"Prévia do PIB" do BC tem queda de 1,59%

GUINADA

● Após alta nos últimos meses, atividade econômica volta a recuar em março sob efeito da segunda onda de covid-19

IBC-BR EM PONTOS



2,27%

FOI QUANTO SUBIU O IBC-BR SEM AJUSTE SAZONAL NO ACUMULADO DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021. RESULTADO FOI FAVORECIDO PELO DESEMPENHO DA ATIVIDADE EM JANEIRO E FEVEREIRO, ANTES DA SEGUNDA ONDA SE INTENSIFICAR

3,6%

É A PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DO BANCO CENTRAL PARA O PIB EM 2021. MERCADO FINANCEIRO TEM PROJEÇÕES MAIS PESSIMISTAS

*ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO BANCO CENTRAL COM AJUSTE SAZONAL, O QUE PERMITE A COMPARAÇÃO COM OS MESES ANTERIORES

FONTE: BANCO CENTRAL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Fabrizio de Castro / BRASÍLIA

Após dez meses de recuperação, a atividade econômica voltou a recuar no Brasil, em meio à segunda onda da pandemia de covid-19. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado ontem, indicou retração de 1,59% em março, na comparação com fevereiro.

O porcentual já leva em conta os ajustes sazonais, o que permite a comparação entre os meses.

Foi a primeira queda da atividade desde abril do ano passado, no início da primeira onda da pandemia. Naquele mês, o IBC-Br havia despencado 9,82%, influenciado pelas restrições de circulação em várias cidades do País e pelo fechamento de milhares de empresas.

Desde então, a atividade econômica vinha reagindo no Brasil, tendo acumulado alta de 18,76% de abril do ano passado a fevereiro de 2021.

A guinada verificada em março deste ano, como indicou o IBC-Br, é influenciada pela segunda onda de covid-19, que voltou a provocar lockdowns em diversas cidades do País. O fechamento do comércio em diferentes períodos foi uma reação de prefeitos e governadores à reaceleração do contágio e das mortes por covid-19. Ao mesmo tempo, o Brasil segue apresentando números limitados de vacinação.

Medido em pontos, o IBC-Br passou de 142,43 pontos em fevereiro para 140,16 pontos em março de 2021, na série com ajustes sazonais. A baixa de 1,59%, no entanto, já era esperada pela maior parte do mercado financeiro. Analistas consultados pelo Projeções Broadcast projetavam o IBC-Br em março entre um recuo de 4,50% e um avanço de 0,30%. A mediana das projeções indicava queda de 3,30% - um porcentual até maior que o verificado.

Nos últimos meses, membros da equipe econômica do governo de Jair Bolsonaro já vinham afirmando que, em função da segunda onda, o Brasil apresentaria novamente uma retração da atividade no primeiro semestre do ano.

Vacinação. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, tem defendido que a economia tende a reagir no segundo semestre deste ano, à medida que a vacinação avançar.

Os números da imunização, no entanto, ainda são contidos.

Faltando menos de dois meses para o fim do primeiro semestre, dados do consórcio de imprensa mostram que apenas 8,8% da população recebeu as duas doses da vacina contra covid-19. Os brasileiros que receberam pelo menos a primeira dose são 17,5% do total.

Conhecido como uma espécie de "prévia do BC para o PIB", o IBC-Br serve como parâmetro para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. A projeção atual do BC para o PIB em 2021 é de alta de 3,6%, após a retração de 4,1% em 2020.

Os economistas do mercado financeiro, no entanto, já demonstram certo pessimismo.

No Relatório de Mercado Focus, que traz a compilação das expectativas do mercado financeiro, a projeção para o PIB em 2021 é de alta de 3,21% - menos que o esperado pelo BC.

Por enquanto, em função do desempenho visto em janeiro e fevereiro - quando a segunda onda da pandemia ainda não havia provocado tantos efeitos negativos sobre a economia -, o IBC-Br acumulou alta de 2,27% no primeiro trimestre de 2021, na série sem os ajustes sazonais.

Nos 12 meses até março, porém, o indicador apresenta retração de 3,37%.

I Altas e baixas

3,37% foi a retração do IBC-Br nos 12 meses encerrados em março

18,76% havia sido a alta acumulada de abril de 2020 a fevereiro

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>